

Anais do VII Simpósio
de Iniciação Científica



REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA

LIBERTAS

ISSN 2238-782X

Vol. 8, N. 2, dez. 2018

<http://riclibertas.libertas.edu.br>



Revista de Iniciação Científica da Libertas - ISSN 2238-782X

A Revista de Iniciação Científica da Libertas-Faculdades Integradas é um espaço de publicação e divulgação de pesquisas realizadas em áreas correlatas aos cursos de graduação mantidos pela Instituição. Tem o propósito de demonstrar à comunidade acadêmica resultados e contribuições em âmbito de iniciação científica, proporcionando a interação entre corpo docente e discente. O corpo editorial é composto por professores da Libertas.

Periodicidade: Semestral

Cursos de graduação da Libertas - Faculdades Integradas

Mantenedora: Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso (FECOM)

Endereço Postal:

Departamento de Pesquisa e Extensão

Libertas - Faculdades Integradas

Av. Wenceslau Bráz, 1018/1038 - Lagoinha

São Sebastião do Paraíso - MG CEP: 37.950-000

e-mail: pesquisaextensao@libertas.edu.br

Conselho Editorial da Revista de Iniciação Científica da Libertas:

Prof. Me. Alysson Alexander Naves Silva

alyssonsilva@libertas.edu.br

Prof. Me. André de Paiva Bonillo Fernandes

andrefernandes@libertas.edu.br

Prof. Dr. Darlan Einstein do Livramento

darlanlivramento@libertas.edu.br

Prof. Me. Olney Bruno da Silveira Junior

olneyjunior@libertas.edu.br

Profa. Esp. Stefânia Aparecida Belute Queiroz

stefaniaqueiroz@libertas.edu.br

Profa. Ma. Stephanie Duarte Esteban

stephanieesteban@libertas.edu.br

Comissão Organizadora e Comissão Científica do VII Simpósio de Iniciação Científica:

Prof. Me. Alysson A. Naves Silva

Prof.^a Ma. Ana Paula Horta

Prof. Dr. Darlan Einstein do Livramento

Prof. Me. Fernando Roberto Proença

Prof.^a Ma. Iácara Santos Barbosa Oliveira

Prof. Me. Marco Aurélio Pieri Zeferino

Prof. Me. Marco Cesar de Carvalho

Prof.^a Dra. Nariman de Felicio Bortucan Lenza

Prof.^a Dra. Mariana Gondim Mariutti Zeferino

Avaliadores dos trabalhos apresentados no VII Simpósio de Iniciação Científica:

Prof.^a Ma. Ana Paula Santos Horta

Prof. Me. André de Paiva Bonillo Fernandes

Prof. Dr. Darlan Einstein do Livramento

Prof.^a Ma. Denize Alves de Almeida

Prof. Dr. Dorival Moreira Machado Junior

Prof. Dr. Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira

Prof. Me. Francisco Lúcio Rodrigues Silva

Prof. Me. Gilberto Pereira Salgado Junior

Prof. Me. Luis Alberto Teixeira
Prof. Me. Luiz Fernando Pimenta Gil
Prof. Me. Marco Aurélio Pieri Zeferino
Prof. Me. Marco Cesar de Carvalho
Prof.^a Ma. Maria do Carmo Lopes Toffanetto Rossitto Bassetto
Prof.^a Dra. Mariana Gondim Mariutti Zeferino
Prof.^a Dra. Michele Cia
Prof.^a Dra. Nariman de Felicio Bortucan Lenza
Prof.^a Ma. Natássia Carmo Lopes Queiroz Ferreira
Prof.^a Ma. Renata Rodrigues Oliveira
Prof. Esp. Renato Marinzeck
Prof. Me. Sandro Donizete Caetano da Silva

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos aos autores, professores, pesquisadores e ao público em geral os anais em meio digital do VII Simpósio de Iniciação Científica, evento promovido pela Libertas – Faculdades Integradas e organizado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão. Em 2018, o simpósio aconteceu nos dias 13 e 14 de novembro de 2018. Agradecemos aos pesquisadores, professores e estudantes que contribuíram para o sucesso do evento enviando trabalhos nas diferentes áreas pertinentes aos cursos de graduação da instituição que são: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil e Sistemas de Informação. Entre os participantes estavam estudantes e professores da Libertas – Faculdades Integradas, Universidade do Estado de Minas Gerais – Campus Passos, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo. Destacamos e agradecemos a colaboração dos nossos colegas que, gentilmente, contribuíram na avaliação dos painéis apresentados no simpósio. A Libertas - Faculdades Integradas tem realizado anualmente o Simpósio de Iniciação Científica e publicado os Anais do evento com os resumos dos trabalhos apresentados na Revista de Iniciação Científica (ISSN: 2238-782X). O conteúdo aqui apresentado é de inteira responsabilidade dos autores.

São Sebastião do Paraíso, 20 de dezembro de 2018.

Prof. Me. Alysson A. Naves Silva

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Libertas – Faculdades Integradas

Sumário

PRÓS E CONTRAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	8
ASPECTOS DA DELAÇÃO PREMIADA	9
POLÍTICA CRIMINAL E CRIMES INFORMÁTICOS: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA	10
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A BUSCA POR ACOLHIMENTO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	11
CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS E AMBIENTAIS ACERCA DOS EFLUENTES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA	12
A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E A LAVAGEM DE DINHEIRO	13
FUNÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS	14
CRIMES FALIMENTARES: DA CONTABILIDADE PARALELA	15
PRESCRIÇÃO VIRTUAL.....	16
LEI 11.101 DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005: LEI DE FALÊNCIA	17
A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA COMO PRESSUPOSTO DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.....	18
O ESTATUTO DA CIDADE: USUCAPIÃO COLETIVA E A QUESTÃO AMBIENTAL	19
A TEORIA DOS JOGOS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	20
GESTÃO DAS PERDAS NO PROCESSO PRODUTIVO DE UMA EMPRESA FABRICANTE DE PRODUTOS HOSPITALARES: ESTUDO DE CASO	21
COOPERATIVAS DE CRÉDITOS: UMA ANÁLISE FINANCEIRA PARA AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS	22
MONTAGEM DE CONSOLE RETRÔ COM PEÇAS DE COMPUTADORES DE DESCARTE.....	23
MAPEAMENTO PROPAGAÇÃO DE MALWARE NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO.....	24
AS VANTAGENS E AS DESVANTAGENS DA PARCERIA RURAL (CONTRATO AGRÁRIO)	25
MELHORIAS E DESAFIOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED).....	26
ESTUDO DO MERCADO PET	27
PERCEPÇÕES DOS CONTADORES EM RELAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL..	28
ESTUDO DA DIFERENÇA SALARIAL ENTRE GÊNEROS	29
IMPACTO DO E-SOCIAL NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE.....	30
ESTUDO DO PERFIL DOS POTENCIAIS CLIENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG	31
AS DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE O PROCESSO SUCESSÓRIO DA GESTÃO DA EMPRESA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG	32

AÇÕES DE ENFERMEIROS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA PREVENÇÃO DE CÂNCER COLO UTERINO EM ADOLESCENTES	33
PACIENTES ONCOLÓGICOS: PERCEPÇÃO SOBRE O TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO	34
TESTE RÁPIDO DO HIV: PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DE UM MUNICÍPIO MINEIRO.....	35
AÇÕES DE ENFERMEIROS COM CUIDADOS PALIATIVOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA.....	36
DESENVOLVIMENTO DE UM GUIA PRÁTICO PARA INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO EM UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO INTERIOR DE MINAS GERAIS	37
SÍFILIS GESTACIONAL:DIAGNOSTICO E TRATAMENTO ADEQUADO	38
ESPIRITUALIDADE E RELIGIOSIDADE NOS CUIDADOS PALIATIVOS	39
CURANDEIRISMO: INTERFACE ENTRE TRATAMENTOS OFICIAIS E ALTERNATIVOS DE SAÚDE.....	40
ENVELHECIMENTO E ESPIRITUALIDADE: A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO E DA RELIGIOSIDADE NO IDOSO	41
INTERFACE ENTRE RELIGIÃO E CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL	42
FITOTERAPIA: ERVAS MEDICINAIS COMO TRATAMENTO, CURA E PREVENÇÃO DE DOENÇAS.....	43
BENZEDOR SÓ BENZE, QUEM CURA É DEUS”: BENZEÇÃO COMO RECURSO NO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA E O DIÁLOGO ENTRE O SABER MÉDICO E O SABER RELIGIOSO.....	44
TENTATIVAS E CASOS CONSUMADOS DE SUICÍDIO EM UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 2011 A 2017	45
O PAPEL SOCIAL DA ENGENHARIA CIVIL.....	46
ACESSIBILIDADE SOB ENFOQUE DA ENGENHARIA CIVIL	47
PROFISSÃO DE CONTADOR NA VISÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA LIBERTAS FACULDADES INTEGRADAS.....	48
A CONTABILIDADE COMO APOIO PARA OS CAFEICULTORES QUANTO A GESTÃO DA PROPRIEDADE: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE MORRO VERMELHO	49
DIFICULDADES DOS ENFERMEIROS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO ACOMPANHAMENTO DA CRIANÇA PORTADORA DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SEUS FAMILIARES.....	50
A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 12.564/12.....	51
A INCONSTITUCIONALIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS DE OFÍCIO PELO JUIZ. HÁ VIOLAÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO?.....	52
A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E COMO DEVE SER FEITO SEU CONTROLE ..	53
A CONCESSÃO DOS ALIMENTOS AFETIVOS COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO DO ALIMENTANDO À VIDA DIGNA	54
A JUDICIALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	55

A VIABILIDADE DAS PRÁTICAS DO COMPLIANCE NAS ATIVIDADES EMPRESÁRIAS	56
A INCONSTITUCIONALIDADE DO FIM DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	57
CRIMES HEDIONDOS.....	58
EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO.....	59
AS FORMAS DE OBTER O REGISTRO DE IMÓVEL ATRAVÉS DAS AÇÕES DE SUSCITAÇÃO DE DÚVIDAS, MANDADO DE SEGURANÇA E A AÇÃO DECLARATÓRIA.....	60
NULIDADES NO PROCESSO PENAL	61
ORÇAMENTO PÚBLICO	62
ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: O APROFUNDAMENTO DA CRISE PENITENCIÁRIA NO BRASIL.....	63
A RESPONSABILIDADE CIVIL NO ABANDONO AFETIVO	64
ACORDO DE LENIÊNCIA COMO FERRAMENTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO	65

PRÓS E CONTRAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Vinicius Vasconcelos Arantes - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: viniciusv.arantes@yahoo.com

RESUMO

A Lei de Responsabilidade Fiscal é uma Lei Complementar que tem como finalidade organizar o sistema público financeiro do país, competindo o dever de fiscalizar metodicamente sua gestão financeira por parte dos gestores públicos de forma mensal, trimestral, anual e plurianual, de maneira a coibir despesas e endividamento. Dando alicerce para o controle de carências públicas, para garantir a estabilidade financeira e manter o domínio compatível sobre a economia emergente. A sociedade ansiava por uma legislação que acarretasse para o Brasil meios de amenizar o cenário de precariedade econômica, e a LRF veio como suplemento do art. 163 da Constituição Federal que visa regular as finanças públicas, trazendo a transparência dos gastos realizados, planejando os futuros gastos, visando mitigar os riscos e incentivando o investimento externo no país, no entanto como toda legislação a LRF possui lacunas a serem sanadas, em seus artigos ressaltou apenas parte do artigo 163 deixando de introduzir os incisos relacionados à fiscalização financeira da administração direta e indireta, esta que estabelece que cada poder fiscalize o outro, operações de câmbio realizadas por órgão e entidades da união e também o inciso que trata da compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União e resguarda as características e condições operacionais plenas voltadas ao desenvolvimento regional, o que gerou diversas ADIs. Sua implantação foi um desafio aos prefeitos, pois os orçamentos seriam burocráticos e seu governo autônomo, se ocorre algum déficit orçamentário cabe ao município arcar com esses, sendo assim não poderiam se financiar como faziam, buscando empréstimos. A partir da promulgação da Lei, passou a se manter de recursos próprios, como isso tornou-se comum o contingenciamento de seus orçamentos, o Estado quando ultrapassa seu limite de gastos com o pessoal gera sanções, como não ser proporcionado o novos empréstimos, nesse caso o STF tem julgado em favor do Estado proporcionando medida liminar em ação ordinária para isentar essa vedação, tendo por base o peso proporcional dos governos, quando um ultrapassa as contas se faz necessário congelar gastos, e o principal afetado é o Executivo, afetando o traspasse de verba para serviços sociais básicos, tornando de alguns estados pagarem em parcelas os salários de professores, médicos e policiais.

Palavras-chave: FISCALIZAÇÃO; ORÇAMENTO; ECONOMIA

ASPECTOS DA DELAÇÃO PREMIADA

Sintia Aparecida Amorim Pimenta - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: sintiaamorimpimenta@hotmail.com

RESUMO

A Lei 12.850/13 em seu artigo 3º, inciso I define a colaboração premiada como meio de obtenção de provas em qualquer fase da persecução penal. O acusado que, em caráter voluntário, abre mão de uma garantia legal de permanecer em silêncio para ajudar o processo criminal por meio de provas pessoais ou de confissão e, assim, obter uma série de benefícios ou favores penais. Sendo este um meio utilizado mundialmente, e aplicado principalmente em crimes financeiros de grandes proporções e de tráfico. Com as dificuldades encontradas em averiguar os delitos ocorridos, tal instituto surgiu como meio facilitador para solucionar crimes. Assim dispõe Flávio Siqueira (2018, p.429): “... o instituto visava eliminar a impunidade de qualquer ilícito penal e, conseqüentemente, reduzir os delitos de cuja ocorrência o Estado não tinha conhecimento e, assim, conferir maior segurança à sociedade”. Este acordo é firmado pela autoridade policial ou pelo Ministério Público com o acusado no processo, e cabe ao juiz a homologação do mesmo, verificando os requisitos da legalidade, regularidade e voluntariedade da colaboração. O artigo 4º define os benefícios que o colaborador receberá caso se obtenha os resultados esperados na investigação. Entre essas vantagens estão o perdão judicial, a redução de pena, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, regime diferenciado de cumprimento da pena e até o não oferecimento da denúncia do investigado pelo Ministério Público. Nesse sentido pontua Flávio Siqueira (2018, p.437): “... a dignidade da pessoa humana é respeitada em relação ao delator, que terá uma diminuição de pena ou até mesmo o perdão judicial de sua conduta, além do respeito por sua integridade física e moral, como qualquer cidadão, e assistência de advogado ou Defensor Público”. A destinação da prova deve ser fiscalizada de forma que a colaboração premiada não deve ser a prova condenatória principal, assim define o artigo 4º, §16: “Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador”. Na lei em seu artigo 7º se encontra definido o sigilo do pedido de homologação, sendo vedadas as informações que identifiquem o colaborador e o seu objeto. Conclui-se que a colaboração premiada compensa tanto para a sociedade, que se beneficia com o desmonte das organizações criminosas, como para o colaborador, que pode obter benefícios, a depender da importância e eficácia do que for apresentado.

Palavras-chave: COLABORAÇÃO-BENEFÍCIOS-PROVA

POLÍTICA CRIMINAL E CRIMES INFORMÁTICOS: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Jéssica de Souza RODRIGUES - Libertas - Faculdades Integradas; Jacqueline Layla Goulart MODESTO - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: jehsouza3003@gmail.com; jacquelinelayla.multimax@gmail.com

RESUMO

É inegável que a necessidade da comunicação e a capacidade de transmitir sentimentos torna o ser humano um ser separadamente especial frente aos demais seres vivos do nosso planeta. Portanto, Barbosa (2013, p. 10): disserta: “Com a globalização alcançamos o ápice da comunicação entre os seres humanos, pois a facilidade de se comunicar e através de mensagens e afins, transportou esta geração a um mundo paralelo, quando tudo é simples de ser resolvido, quando cada julgamento viola [...] direitos basilares destes mesmos seres humanos”. Busca-se analisar, portanto, até que ponto os meios informáticos tem sido instrumento na prática de infrações penais? Quais infrações penais mais recorrentes? E qual o papel da política criminal nestas infrações? Nesta senda, aponta Roza (2016, p. 17): “A sociedade com seus potentes aparelhos [...] podem propagar um determinado momento que deveria ser analisado primeiramente pela autoridade policial, pelo Ministério Público e depois a um juiz, conclamando as pessoas em julgadores preliminares”. Conforme Pozzebom (2017, on line): “as práticas mais comuns são calúnia, difamação, divulgação de material confidencial, ato obsceno, apologia ao crime, perfil falso, preconceito ou discriminação racial e pedofilia”. Como a política criminal está reagindo a este e outros fatos que acontecem cotidianamente, e “[...] caracterizam a fragilidade político-criminal, pois não cumpre a precípua finalidade de prevenção e quando elabora um mecanismo jurídico para contenção, o faz sem levar em consideração as singularidades do contexto para o qual foi elaborado” (POZZEBOM, 2017, on line). Contudo Barbosa (2013, p. 12) assinala que: “Leis como 12.737/2012 que cuida das infrações penais informáticos, por mais que tenha se preocupado em tipificar crimes cometidos nesta senda, há, contudo, um grande abismo político-criminal que se vislumbra intransponível, porém, devem-se fomentar discussões e políticas que visem dar materialidade em normas que, visam a real proteção”. Conclui-se que no Brasil, a fiscalização e a investigação de crimes informáticos requerem uma especialização por parte dos órgãos e agentes envolvidos, o que não se vislumbra por aqui, contudo, ao discutir de maneira sensata políticas criminais que se concentre, mormente, em aspectos que procurem efetivar a proteção, contenção e repressão de crimes desta natureza, a punição se tornará exaurimento, pois poderá se lograr êxito na finalidade precípua do direito penal, a tutela.

Palavras-chave: INFRAÇÕES PENAIS, CRIMINAL, SOCIEDADE.

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A BUSCA POR ACOLHIMENTO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Renato Novaes - Libertas - Faculdades Integradas; Ana Carolina Colombaroli - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: renatonovaes@live.com

RESUMO

A População em Situação de Rua – PSR é um fato social, que desde a década de 1980, vem ganhando notoriedade do poder público no Brasil a fim de assegurar condições dignas de sobrevivência aos indivíduos nesta condição perante a sociedade. A Constituição Federal de 1988 trouxe aspectos relevantes para que sejam garantidos os direitos e o princípio da Dignidade da Pessoa Humana – DPH, fazendo com que os governantes devam cumprir ações de promoção da vida, com respeito e amparo à população, incluindo principalmente os grupos vulneráveis como a PSR. A vulnerabilidade social da PSR advém muitas vezes de uma pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou degradados e a inexistência de moradia regular impedindo que por si próprias possam satisfazer necessidades mínimas como fisiológicas, segurança e sociais, quanto ainda afetar inclusive suas capacidades mentais eximindo estima e autorrealização. Logo, o Estado deve adotar políticas públicas para o acolhimento social, não necessariamente a redistribuição de renda no contexto do capitalismo, mas sim através da adoção de uma perspectiva de proteção social, inclusão de programas como Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a PSR – Centro POP, Serviço Especializado em Abordagem Social, Consultório de Rua dentre outros, e ainda realizar ações que os façam compreender que aquilo que recebem são seus direitos e não assistencialismo. É dizer que as pessoas são cidadãos capazes e que estão inseridas no contexto social, seja para coabitar ou ter acesso a trabalho igual a qualquer outra pessoa residente no país, ou ainda, ter o mínimo como saúde, segurança e educação. Desta forma, o Estado deve prover a DPH através de políticas que sejam integradas com a PSR e não dar condições que substanciam momentos assistenciais. O Bem-Estar Social é uma para criação conjunta onde concretiza feitos reais de acolhimento social da PSR junto à sociedade engajado pelo Estado, este que é garantidor de direitos.

Palavras-chave: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, GRUPOS VULNERÁVEIS.

CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS E AMBIENTAIS ACERCA DOS EFLUENTES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA

Amanda Rocha Lavez - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: amanda.lavez@gmail.com

RESUMO

Os efluentes industriais oriundos dos processos existentes em atividades metalúrgicas resultantes da lavagem de chapas, tornos e estufas de pintura, contém amônia, benzeno e outros produtos com potencial carcinogênico, além de produzirem grandes impactos ambientais quando dispostos de forma irregular junto aos mananciais e recursos hídricos. Além destes processos, temos o processo de galvanização cujas águas residuais contém metais pesados, os quais são carreados aos lençóis freáticos, rios e demais meios aquáticos, alterando significativamente o equilíbrio dos biomas afetados. Juridicamente, a resolução CONAMA nº 430/11 regulamentou o padrão de lançamento de efluentes em corpos hídricos, impondo no plano formal, diretrizes e balizas à atuação empresarial. No campo material, a problemática ganha contornos assimétricos, vislumbrando a insuficiência na proteção de nossos recursos hídricos, ante o aumento gradativo do lançamento clandestino destes efluentes, seja pelo escasso efetivo humano repressor, seja pela dificuldade de localização do ponto de lançamento, quando afigurada a difusão dos danos. É cediço que os efluentes líquidos gerados em cabines de pintura, lavagem de tanques, utensílios com óleo e também o lodo gerado nos tanques de decantação, demandam tratamentos mediante a utilização de agentes adsorventes, como carvão ativado, alumínio silicato, entre outros, para a possível remoção de poluentes. Existem casos em que os efluentes tratados podem ser reaproveitados no próprio processo produtivo, como no resfriamento de misturas reativas, além de seu lançamento, cujos parâmetros estão dispostos na Resolução CONAMA 357/2005, especificando, em nível nacional, as características dos efluentes que poderão ser lançados em corpos receptores a fim de preservar o meio ambiente e a saúde da população. Enfim, cabe ressaltar que a escassez de água dos dias atuais, viabiliza a adoção de técnicas e tratamentos que possibilitem o reuso em atividades secundárias das atividades metalúrgicas, como por exemplo nos processos de lavagem de chapas que consomem grandes quantidades de água. A presente pesquisa utilizará levantamento bibliográfico e o método hipotético dedutivo.

Palavras-chave: EFLUENTES; CONAMA; METALURGICA

A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E A LAVAGEM DE DINHEIRO

Ana Paula dos Santos - Libertas - Faculdades Integradas; Jessica Franciely Gomes Thirbucio - Libertas - Faculdades Integradas; Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: ana.santos.tec.enf@gmail.com; ana.santos.tec.enf@gmail.com
ana.santos.tec.enf@gmail.com

RESUMO

Atualmente, é muito criticada a impunibilidade mediante aos crimes de “colarinho branco”, os quais são cometidos pelos poderosos, que se mantêm as margens da justiça. Adveio a adoção de teorias estrangeiras na jurisprudência nacional, sem verificar a compatibilidade com o direito nacional e a sociedade brasileira. A teoria da Cegueira Deliberada – WillfulBlindness – encampada em decisões na Suprema Corte norte-americana atribui responsabilidade subjetiva, de casos de efetivo conhecimento potencial ao elemento subjetivo, que configuram o desconhecimento intencional do fato ilícito. Essa teoria, também é conhecida como teoria das instruções da avestruz, devido ao fato de que a mesma tem o costume de enterrar sua cabeça para não ver e ouvir as coisas que se passam a sua volta. O que ocorre no Supremo Tribunal Federal, diverge de modo que se entende que para ser aplicada a teoria de Cegueira Deliberada, a ignorância total do fato ilícito, se vir a escolher a não tomar conhecimento, ela assume o risco, o que se equipara a dolo eventual. Portanto, uma das principais teses daqueles que foram investigados na Operação Lava Jato era o desconhecimento, logo, de que não era possível ter conhecimento que os contratos eram superfaturados. E de fato os valores obtidos eram reciclados e aproveitados como licito fosse pelos envolvidos no esquema. Toda essa operação servia para limpar a origem delitiva dos valores obtidos ilicitamente, fato esse que se traduz no delito de lavagem de dinheiro. Como de fato o delito de lavagem de dinheiro é um crime acessório ele necessita da ocorrência de outro crime, o que ocorria na Lava Jato, com os contratos superfaturados, sonegação e assim faziam com que, parecesse que os valores recolhidos eram de forma licita. Porém, com a redação do art.2º§1º da lei 9.613/1998 que independente do crime precedente o agente respondera pelo crime secundário. A tese do desconhecimento pode ser equiparada à assunção do risco, ou seja, o sujeito que ignora deliberadamente a origem delitiva dos valores obtidos, assume o risco de cometer o delito de lavagem de dinheiro. O Supremo Tribunal Federal, não entende que essa teoria pode ser argumentada para que posso ser uma excludente de punibilidade, assim se fazer de bobo para que não tenha que ter conhecimento da gravidade da situação em que está exposto. O que não se pode ser admitido em nosso ordenamento jurídico.

Palavras-chave: CEGUEIRA DELIBERADA; LAVAGEM DE DINHEIRO, CORRUPÇÃO

FUNÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Camila de Oliveira Lopes - Libertas - Faculdades Integradas; Haroldo Daniel Souza Martins Filho - Libertas - Faculdades Integradas; Marco Aurélio Pieri Zeferino - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: camilalopesjacui@yahoo.com; haroldomartinss@hotmail.com;
marcoadv8@hotmail.com

RESUMO

Os hábitos de consumo excessivo da sociedade moderna e o crescimento demográfico são fatores que concorrem para o aumento vertiginoso da disposição de resíduos sólidos no ambiente. Em muitos municípios, os depósitos de lixo a céu aberto e aterros não controlados constituem fontes de renda para indivíduos aliados do mercado de trabalho formal, tornando seu único meio de subsistência. Contudo, a crescente importância de preservação e a incessante busca pelo desenvolvimento social em razão da igualdade e dignidade, contribuíram para organização de associações e cooperativas de reciclagem. Sob o prisma ambiental, aludidas cooperativas exercem função de destaque eis que viabilizam a incorporação de milhares de toneladas de matérias primas ao processo produtivo, preservando fontes e recursos naturais de acordo com os postulados do desenvolvimento sustentável. Diante deste fundamental benefício, faz-se mister a implementação de políticas e projetos de infraestrutura, além de incentivos fiscais, tributários e trabalhistas, objetivando o fortalecimento e o reconhecimento desta importante categoria laboral e de toda sua estrutura produtiva, cujas atividades nobres favorecem toda sociedade com benefícios difusos e convergentes com os primados da sustentabilidade socioambiental. O presente trabalho utilizará o método analítico-dedutivo através de levantamento bibliográfico. REFERÊNCIAS: MAGERA, Márcio. Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade. Campinas: Átomo, 2003. SCARLATO, Francisco Capuano; PONTIN, Joel Arnaldo. O lixo. In: Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação. 16ª edição. São Paulo: Atual, 1992.

Palavras-chave: CATADORES; AMBIENTE; SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

CRIMES FALIMENTARES: DA CONTABILIDADE PARALELA

Elisa Teófilo Gonçalves - Libertas - Faculdades Integradas; Mylenna Joseph Silva - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: josephmylenna@gmail.com; josephmylenna@gmail.com

RESUMO

Os crimes falimentares previstos na própria lei de falência (lei nº 11.101 de 09 de fevereiro de 05) são crimes contra o patrimônio cujos sujeitos passivos se tratam dos próprios credores. Dentre esses delitos se encontra a contabilidade paralela, a qual, apesar da disposição legislativa insinuar que o crime representa tipo penal autônomo, este integra apenas causa de aumento de pena do delito previsto no artigo 168 da lei nº 11.101/05, qual seja, a fraude contra credores. A contabilidade paralela ou, na linguagem popular, caixa-dois, é caracterizada por manter ou movimentar recursos ou valores paralelamente à contabilidade exigida pela legislação. Desta forma, a sanção prevista no caput do artigo 168 é aumentada de 1/3 até a metade, ou seja, significa que a pena do agente condenado por fraude contra credores será aumentada se manifesto que, em algum momento da atividade empresarial, manteve o denominado “caixa 2”. Como previsto no artigo 180 da lei ora comentada, o ato judicial que decreta a falência ou inaugura o processo de recuperação é condição objetiva de punibilidade das infrações dispostas, assim, para que se verifique o episódio de qualquer um dos crimes falimentares é imprescindível que já tenha se verificado a prolação da sentença que declara a falência, ou a que concede a recuperação judicial ou extrajudicial. O Ministério Público, quando intimado da sentença que decreta falência ou concede a recuperação judicial ou extrajudicial ao verificar o delito, deverá promover de imediato ação penal ou demandar abertura de inquérito policial no prazo de seis meses, como estabelecido no Código de Processo Penal, ao qual se aplica no que a lei de falência foi suprimida. Bibliografia: BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Nova Lei de Recuperação e Falências Comentada. 3ª Ed. Soa Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. 13. ed. atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018. BRASIL. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, Brasília, DF, fev 2005. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2018. Orientador: Marco Aurélio Zeferino

Palavras-chave: FALÊNCIA; CONTABILIDADE PARALELA; CRIME; FRAUDE CONTRA CREDITORES

PRESCRIÇÃO VIRTUAL

Luana Maria Ap Silva - Libertas - Faculdades Integradas; Natália Alves - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: luanamaria2017@bol.com.br

RESUMO

No Brasil a Lei 12.234/2010 entrou em vigor no dia 06 de Maio de 2010, são apenas quatro artigos, mas que alteram consideravelmente algumas modalidades de prescrição no Direito Penal brasileiro, alterando, assim, os artigos 109 e 110 do Código Penal. Prescrição é uma das formas de extinção da punibilidade. É de conhecimento que o Estado tem o poder de punir, a medida em que ocorre uma infração penal surge para o Estado a possibilidade de punição desta conduta. Atualmente, a legislação brasileira prevê quatro modelos de prescrição sendo três delas estão relacionadas à prescrição da pretensão punitiva sendo: prescrição em abstrato, prescrição retroativa e a pretensão executória, ocorre quando o Estado não prescreve, em certo tempo, a jurisprudência dos tribunais de primeiro grau que trabalham de afirmar a existência de mais um tipo de prescrição pretensão punitiva, e prescrição virtual (ou antecipada). A Súmula 438 para rechaçar a hipótese de extinção da punibilidade da prescrição da pretensão punitiva com a base da pena em perspectiva ou hipoteticamente considerada prescrição da pretensão punitiva virtual, (subespécie da Prescrição da Pretensão Punitiva) é, jurisprudência da primeira instância) de forma que o conhecimento do fato que as circunstâncias que seriam levadas em conta quando o juiz fosse graduar a pena e chegando-se a uma possível condenação. Inviável o reconhecimento de prescrição virtual, por ausência de previsão legal. Trata-se, ademais de instituto repudiado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, por violar o princípio da presunção de inocência e da individualização de inocência e da individualização da pena a ser eventualmente aplicada. A prescrição virtual não aceita em nosso direito, entende-se como um novo instituto, capaz de antecipar-se no tempo trazendo ao presente situações futuras, situações, previstas em Lei e de acordo com os preceitos necessários à sua análise, não visa descaracterizar, nem mesmo alterar o resultado fático que se alcançaria, caso, não foi declarada neste tempo hábil.

Palavras-chave: PRESCRIÇÃO, VIRTUAL, PUNITIVA

LEI 11.101 DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005: LEI DE FALÊNCIA

Marnieli Maria Duarte Pimenta - Libertas - Faculdades Integradas; Beatriz da Silva Batista Rodrigues - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: marny10@hotmail.com; bea-rodrigues18@hotmail.com

RESUMO

A lei de falências pretende de forma célere e econômica otimizar e conduzir as liquidações das dívidas geradas por seus respectivos empresários, administradores, sócios. Como toda relação existe responsabilidade, há previsões de se alcançar o que até então era inatingível para estar suprindo as necessidades de caráter alimentar dos credores, tributária do Estado, e a função social da empresa. As bases empresariais que refletem do Direito Civil, prezam pela boa-fé processual em todas as fases processuais. Medidas como recuperação judicial, e extrajudicial, são válidas no intuito de recuperar a capacidade econômica e ou patrimonial que a empresa detinha na sociedade. A pesquisa parte de uma perspectiva metodológica-dedutiva, ou seja, a pesquisa bibliográfica aborda o cenário jurídico atual da lei de falências, de número 11.101/2005.

Palavras-chave: CREDITORES; DEVEDORES; EMPRESAS; RESPONSABILIDADE; SOCIEDADES

A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA COMO PRESSUPOSTO DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA

Luís Fernando dos Santos - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: luisfernandolibertas@gmail.com

RESUMO

A prisão cautelar deve ser fundamentada, de acordo com os requisitos elencados no artigo 312, do Código de Processo Penal, entre os quais há a garantia da ordem pública, sendo o mais utilizado pelos magistrados para alicerçar a referida cautelar, por ser um fundamento genérico e destituído de conceito formal, ou seja, de limitado apelo e de difícil questionamento. Isto posto, vislumbra-se a necessidade de ampla discussão acerca do tema. A “garantia da ordem pública” pressupõe que o indivíduo voltará a delinquir, desta maneira e, influenciado pelo clamor público, o juiz justifica sua decisão sem ao menos levar-se em consideração o *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, os quais elementos precípuos da prisão preventiva. Importante discussão sobre o tema, porquanto a prisão preventiva estigmatiza o indivíduo, fere princípios constitucionais e antecipa um eventual cumprimento de pena, a qual, de acordo com a Constituição Federal, apenas deveria ser executada após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Palavras-chave: GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA; PRISÃO CAUTELAR; PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

O ESTATUTO DA CIDADE: USUCAPIÃO COLETIVA E A QUESTÃO AMBIENTAL

Ana Paula de Souza PIRES - Libertas - Faculdades Integradas; Maria Antônia Costa SANTOS -
Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: anapaula.souza1@outlook.com.br; mariaacia6@gmail.com

RESUMO

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) introduziu em nosso ordenamento jurídico uma modalidade de usucapião denominada coletiva, regulamentando assim, os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Essa espécie de aquisição da propriedade está disposta no art. 10 do Estatuto da Cidade e reconhece que a usucapião pode ser coletiva desde que a área tenha mais de 250 metros quadrados; seja ocupada para fins de moradia por população de baixa renda por cinco anos ininterruptos; não seja possível identificar os terrenos por cada possuidor; e ainda, que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural. A sentença judicial serve como título para registro e acaba instituindo um condomínio, assim, cada possuidor passará a dispor de uma fração do lote que será registrado no nome de todos, tornando o imóvel um bem indivisível. A divisão somente será possível se houver urbanização da área usucapida posteriormente, sendo indispensável a deliberação de dois terços dos co-proprietários. Apesar desse instituto propiciar o direito constitucional de habitação, há muitos pontos a serem discutidos. O primeiro ponto a ser discutido é referente a contradição que há entre o disposto no art. 10 da Lei 10.257/01 que faz menção a “áreas urbanas com mais de 250 metros quadrados” e o art. 183 da Constituição Federal que se refere a “áreas urbanas com até 250 metros quadrados”. Outro ponto relevante diz respeito a grande quantidade de divergências e desavenças entre os consócios, principalmente por se tratar de pessoas com nível cultural baixo. Além disso, não há nenhum tipo de planejamento nessas áreas, inexistindo reserva para criação de ruas e implantação de serviços públicos, tornando a urbanização praticamente impossível e com isso, facilitando a permanência de traficantes e criminosos que optam por esses locais pela dificuldade de fluxo de policiais. Também há o crescente número de invasões, sem falar do risco à saúde de todos os moradores do local por conta dos reiterados desmoronamentos e enchentes. Considero que a usucapião coletiva tende a melhorar o problema de propriedade dos moradores das favelas, no entanto, não se deve descuidar da urbanização e regularização dessas áreas. Destarte, é apropriado concluir que a usucapião coletiva, mesmo contendo imperfeições no que tange à esfera ambiental, é um grande avanço na solução da problemática da propriedade urbana nas favelas brasileiras.

Palavras-chave: USUCAPIÃO COLETIVA; ESTATUTO DA CIDADE; URBANIZAÇÃO.

A TEORIA DOS JOGOS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Ana Paula de Souza PIRES - Libertas - Faculdades Integradas; Maria Antônia Costa SANTOS - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: anapaula.souza1@outlook.com.br; mariaacia6@gmail.com

RESUMO

A Teoria dos Jogos originou-se como um ramo da matemática ao final da Segunda Guerra Mundial, e foi desenvolvida pelo professor e magistrado Alexandre Morais da Rosa no direito processual penal brasileiro. Utilizada como meio de compreensão do processo penal, parte da presunção de que o resultado processual advém da união de estratégias e táticas utilizadas durante o curso do processo. Aqui, o comportamento de cada jogador intervém significativamente no resultado, visto que mesmo utilizando-se de jogadas estratégicas, o desempenho é sempre uma aposta incerta. Cada processo é único, sendo assim, a forma de conduzir cada um deles é única também. Para cada processo deve ser utilizada uma jogada diferente, usada estrategicamente no momento certo para que haja sucesso. Considerando que o escopo do processo é a decisão favorável e essa é a estratégia dos jogadores, as táticas utilizadas serão tendentes ao seu aperfeiçoamento. É importante frisar que o jogo depende de uma interação entre os jogadores e o julgador, e o resultado depende da atuação dentro das regras do jogo. Sendo assim, a ausência de defesa ocasiona a anulação do processo. Por esse motivo, não há jogo individual. Desse modo, conforme nos ensina Rosa (2015, p.33) “é preciso, então, pelo menos: a) jogadores (acusação e defesa); b) julgador terceiro e imparcial; c) normas processuais compartilhadas, e d) os payoffs, a análise da consequência das ações dos competidos”. Na prática, é indispensável técnicas aptas a estabelecer um plano de execução parcial e dinâmico, sendo exigível a definição da imputação e tese defensiva a partir do inquérito policial, auto de prisão em flagrante e/ou documentos, perfil e mapa mental dos jogadores, elaboração de um modelo de representação de jogo, além da análise constante de eficiência das táticas e revisão das jogadas. É basilar que haja preparação e que as jogadas sejam exercitadas incansavelmente a fim de alcançar o principal objetivo, seja qual tornar o jogador experiente, para que o mesmo tenha a habilidade de ter respostas rápidas em face das possíveis contingências do jogo, na medida em que a antecipação de comportamentos é sempre um ganho. Atualmente, referida teoria tem sido muito utilizada nos acordos de colaboração premiada, tendo em vista que ajuda o poder público e defesa a delinear suas estratégias em prol de informações sobre o delito que se pretende solucionar e benefícios mútuos, facilitando a verdade processual.

Palavras-chave: TEORIA DOS JOGOS; PROCESSO PENAL; ESTRATÉGIA.

GESTÃO DAS PERDAS NO PROCESSO PRODUTIVO DE UMA EMPRESA FABRICANTE DE PRODUTOS HOSPITALARES: ESTUDO DE CASO

Kellen Aparecida Neves - Libertas - Faculdades Integradas; Stefânia Aparecida Belute Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: kellennvs@gmail.com; stefaniaqueiroz@libertas.edu.br

RESUMO

A gestão de perdas, dependendo de como é administrada, pode se tornar um grande risco para as empresas, pois, gera não somente matéria-prima perdida, mas também tempo e mão de obra, ou pode se tornar uma grande aliada no sucesso da empresa, excluindo do processo o que não agrega na qualidade final do produto ou serviço. Com base no exposto, surgiu o seguinte problema de pesquisa: Como é realizada a gestão das perdas no processo produtivo de uma empresa fabricante de produtos hospitalares? Para responder o problema de pesquisa tem-se como objetivo geral: Estudar a gestão das perdas no processo produtivo de uma empresa fabricante de produtos hospitalares. Para alcançar o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1 - Fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema; 2 - Identificar quais são as perdas que acontecem no processo produtivo; 3 - Verificar qual o destino das perdas do processo produtivo; 4 - Descrever como é a gestão das perdas encontradas no processo produtivo. Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, o método utilizado é o estudo de caso e a técnica para a coleta de dados é a entrevista com roteiro semi-estruturado e a análise de documentos. Percebeu-se, por meio dos resultados da pesquisa que a empresa segue um processo padronizado para a gestão das perdas e os resíduos gerados são descartados de acordo com a legislação específica.

Palavras-chave: GESTÃO DE PERDAS. QUALIDADE. INDÚSTRIA DE PRODUTOS HOSPITALARES.

COOPERATIVAS DE CRÉDITOS: UMA ANÁLISE FINANCEIRA PARA AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA - *Libertas - Faculdades Integradas*; MARIA JULIA SILVA DE PAULA - *Libertas - Faculdades Integradas*

E-MAIL: leandrodecontabil@gmail.com; majuh97@gmail.com

RESUMO

Este artigo teve como objetivo geral, verificar junto aos associados do Sicoob Paraisocred, se as taxas de crédito são mais viáveis para as pequenas e médias empresas, do que os bancos tradicionais. Para atender este objetivo, foi necessário fazer uma pesquisa descritiva, bibliográfica e estudo de caso. Foi enviado um questionário para 1060 associados, pessoas jurídicas do Sicoob Paraisocred, via plataforma digital, “Google Formulários” sendo recebido 79 questionários respondidos. Os resultados do questionário foram dispostos em gráficos, divididos em duas categorias, uma da caracterização dos respondentes e outra focada no objetivo geral da pesquisa. Os resultados da pesquisa permite perceber que a maioria dos associados afirmaram que a cooperativa atende as necessidades da sua empresa, com atendimentos diferenciados e que as taxas da cooperativa são mais baixas do que as dos bancos tradicionais.

Palavras-chave: COOPERATIVAS DE CRÉDITO. PEQUENAS E MICROEMPRESAS. BANCO CENTRAL.



MONTAGEM DE CONSOLE RETRÔ COM PEÇAS DE COMPUTADORES DE DESCARTE

Reyson Teixeira Terra - UEMG - Unidade Passos; Gabriel Oliveira Costa - UEMG - Unidade Passos; Steven de Paula Paião - UEMG - Unidade Passos; Luiz Fernando Moura Piantino - UEMG - Unidade Passos

E-MAIL: luiz.piantino@uemg.br; luiz.piantino@uemg.br; luiz.piantino@uemg.br;
luiz.piantino@uemg.br

RESUMO

Este trabalho apresenta o processo de montagem de um console retrô, utilizando peças de computadores de descarte, para a disciplina de Arquitetura de Computadores do 4º período do curso de graduação de Sistemas de Informação da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, unidade Passos. É abordado todo o passo a passo desde a seleção do hardware necessário, à instalação do sistema, bem como seus devidos jogos. Mostrando que sempre há um uso para a tecnologia que está em desuso.

Palavras-chave: CONSOLE RETRÔ. REUSO LIXO ELETRÔNICO. VÍDEO GAME ANTIGO.

MAPEAMENTO PROPAGAÇÃO DE MALWARE NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

Tiago Cardoso Camilo Dutra - Libertas - Faculdades Integradas; Dorival Moreira Machado Junior - Libertas Faculdades Integradas

E-MAIL: tiagocardoso011@gmail.com; dorivaljunior@libertas.edu.br

RESUMO

O trabalho consiste em tentar identificar o alcance de um arquivo infectado, documentando a facilidade com que as pessoas tem dados roubados através da execução destes arquivos e se estas pessoas irão replicar os arquivos, gerando um efeito em cadeia. Todos os dados capturados são identificadores unicos, mas que são anonimizados e assim não haverá infração de Leis relacionadas. Todos os dados estarão disponíveis em um site durante e ao final do processo, momento em que haverá a análise e considerações finais. Este trabalho tem como ponto relevante, demonstrar visualmente a propagação de vírus na região de são sebastião do paraíso bem como possibilitar a conscientização do uso seguro dos computadores.

Palavras-chave: VÍRUS, HACKING, SEGURANÇA WEB

AS VANTAGENS E AS DESVANTAGENS DA PARCERIA RURAL (CONTRATO AGRÁRIO)

Alessandra Donizeti dos Reis - Libertas - Faculdades Integradas; Stefânia Aparecida Belute Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas; Ana Paula Santos Horta - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

Atualmente, a parceria rural contribui com o movimento rural, em que há uma parceria entre o arrendador e o arrendatário. A parceria rural beneficia o produtor uma vez que este pode utilizar-se da terra para plantio ou para outros meios sem a necessidade de um alto investimento inicial, como por exemplo, com a compra do imóvel rural. Nesse contexto surgiu o seguinte problema de pesquisa: Em uma parceria rural quais seriam as vantagens e as desvantagens para o arrendador e arrendatário? Para responder o problema de pesquisa foi definido como objetivo geral: identificar as vantagens, as desvantagens e as obrigações impostas pela parceria rural ao proprietário da terra e ao arrendatário. Para alcançar o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar as obrigações entre o arrendador e o arrendatário; b) Analisar as obrigações impostas, por meio do contrato, elaborado por um escritório de contabilidade; c) Estudar o estatuto da terra e o arrendamento rural e d) Levantar as vantagens e as desvantagens da parceria rural. Para a realização da pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, por meio da pesquisa descritiva, sendo o estudo de caso, o método de pesquisa e utilizou-se a entrevista como técnica para a coleta de dados realizadas em outubro de 2018. Foram entrevistados um arrendador e um arrendatário que atuam na produção de café. Foi possível perceber por meio dos resultados da pesquisa que há mais vantagens do que desvantagens na parceria rural de acordo com os respondentes, uma vez que quando o arrendador e o arrendatário cumprem, o contrato de parceria, este viabiliza o exercício do uso ou da posse temporária da terra, de acordo com o estatuto da terra. Sendo assim, o arrendador faz o contrato adequadamente para que receba anualmente na safra a sua porcentagem e da mesma forma o arrendatário cuida do bem, como por exemplo, cuidados com o solo e com a plantação buscando o melhor resultado. Uma desvantagem, de acordo com o arrendatário, está relacionada com imprevistos climáticos que afetam a produção.

Palavras-chave: PARCERIA RURAL. ARRENDADOR E ARRENDATÁRIO. CONTRATOS AGRÁRIOS.

MELHORIAS E DESAFIOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

FERNANDA APARECIDA VENANCIO - Libertas - Faculdades Integradas; Stefânia Aparecida Belute Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas; Ana Paula Santos Horta - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

Vivemos em um mundo globalizado onde a era digital vem avançando cada dia mais. Esse fator determina diretamente vários campos de atuação da Contabilidade do Século XXI, sendo assim há uma necessidade de aceleração e informatização a fim de se alcançar uma velocidade que seja capaz de garantir maior segurança, privacidade, economia, e confiabilidade de dados para diversas entidades contribuintes e Unidades Fazendárias que desses dados necessitam. Este artigo faz uma análise sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) embasado na seguinte questão de pesquisa: Quais as melhorias e desafios que surgiram com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007 – 2010). Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar quais as melhorias e os desafios que surgiram com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Para alcançar o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) fazer uma revisão de literatura sobre o tema; b) levantar os artigos publicados nos últimos anos desde 2007; c) investigar as melhorias e desafios que surgiram com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A metodologia utilizada para esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica. Foram levantados os artigos que abordavam o SPED em duas revistas (para analisar os estudos anteriores sobre o tema), Revista Brasileira de Contabilidade e Revista Mineira de Contabilidade. O referido estudo traz diversos conceitos de melhorias dentre elas a implantação do sistema por transmissões online entre outros. Quanto aos desafios encontrados, se destacam a cultura do aprendizado e manuseio sobre o sistema.

Palavras-chave: SPED, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. CONTABILIDADE.

ESTUDO DO MERCADO PET

LEANDRA KAROLINE SILVA RODRIGUES - Libertas - Faculdades Integradas; MARIA ANGÉLICA LIMA ARANTES - Libertas - Faculdades Integradas; Stefânia Aparecida Belute Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas; Ana Paula Santos Horta - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

Cada vez mais esse mercado pet tende a crescer devido ao grande número de pessoas que vem aderindo à adoção de animais de estimação. Cada vez mais os animais de estimação são tratados como membros da família, e o tratamento dedicado a eles, prezando no bem-estar e conforto diário. Com isso, o mercado pet tem apresentado um crescimento considerável nos últimos anos. Um dos motivos que levaram ao crescimento de animais de estimação é o fato de que as famílias estão ficando cada vez menores, sendo comum um casal adotar primeiro um pet, para depois terem um filho ou os pais presentearem seus filhos com um animal de estimação. Portanto, esse novo mercado ganhou espaço, sendo assim, surgiu o seguinte problema de pesquisa: Qual a tendência do mercado pet (acessórios)? Para responder este problema de pesquisa foi definido como objetivo geral: estudar o mercado pet, mais especificamente o mercado de acessórios pets. Para alcançar o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) Fazer revisão bibliográfica sobre o tema; b) Estudar o mercado de acessórios pets; c) Estudar a tendência de mercado. Este estudo tem uma abordagem qualitativa, trata-se de uma pesquisa descritiva e foi realizado um estudo de caso de uma empresa atuante no setor pet e a técnica para coleta de dados foi a entrevista. Analisou-se, que as tendências para o mercado pet em 2019 estão relacionadas com o aumento de gatos como animais de estimação nas casas brasileiras. Dessa forma, as estratégias para encantar seus consumidores são produtos inovadores práticos e que incorporem a decoração da casa, sendo sua divulgação através de sites e feiras do segmento pet. Os avanços que se pode destacar o maior apreço do ser humano pelos animais de estimação sendo considerados membros da família.

Palavras-chave: TENDÊNCIAS DO MERCADO PET. ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO. ACESSÓRIOS PET.

PERCEPÇÕES DOS CONTADORES EM RELAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL.

RONY ANTÔNIO CUSTODIO - Libertas - Faculdades Integradas; AMANDA ALVES SILVA - Libertas - Faculdades Integradas; Stefânia Aparecida Belute Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas; Ana Paula Santos Horta - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

O eSocial, Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, refere-se à escrituração digital da folha de pagamento e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas a todo e qualquer vínculo trabalhista. O objetivo deste estudo foi analisar as perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial da cidade de São Sebastião do Paraíso. Quanto à abordagem, utilizou-se a metodologia quantitativa, a descritiva para o objetivo, e pesquisa de levantamento quanto aos procedimentos. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário que foi validado por dois professores da área, com vinte duas questões fechadas, baseado nos autores Abrantes (2014) e Volpatto (2014) e no artigo da Revista Mineira de Contabilidade (RMC) com o tema “Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial”. A amostra desta pesquisa foi de três empresas contábeis registrados no Conselho Regional de Contabilidade de São Sebastião do Paraíso (CRC/MG). Os principais resultados apontaram que os profissionais demonstraram conhecimento sobre o eSocial e que estão preparados para esta nova obrigação. Além disto, os profissionais acreditam que, com a implantação do haverá um pequeno aumento na burocracia como também na arrecadação de tributos, por fim, as percepções dos contadores em relação a implantação do eSocial são positivas, uma vez que os próprios respondentes afirmaram estar preparados para as mudanças necessárias. E ainda, a maioria dos contadores acreditam que o maior beneficiado com a implantação do eSocial será o governo.

Palavras-chave: ESOCIAL. PERCEPÇÃO DOS CONTADORES. TECNOLOGIA NA CONTABILIDADE

ESTUDO DA DIFERENÇA SALARIAL ENTRE GÊNEROS

GABRIELA ALVES - Libertas - Faculdades Integradas; VICTÓRIA MELO SANT'ANA - Libertas - Faculdades Integradas; Stefânia Aparecida Belute Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas; Ana Paula Santos Horta - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

Os estudos sobre diferença salarial entre homens e mulheres vêm se intensificando desde o início da década de 1950, tentando identificar as razões que levam as empresas a pagar salários menores às mulheres quando comparados aos dos homens. Há alguns trabalhos que indicam que os salários baixos pagos às mulheres originam-se do baixo nível de investimentos em educação formal feitos pelos próprios trabalhadores do sexo feminino. Também ocorrem estudos que responsabilizam essa diferença a possível discriminação que as mulheres sofrem no mercado de trabalho. Com base no exposto, surgiu o seguinte problema de pesquisa: Há diferença salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho? Para responder o problema de pesquisa foi definido como objetivo geral investigar a discriminação salarial entre gêneros. Para alcançar o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema; b) verificar se há diferença salarial entre gêneros; c) identificar quando acontece maior diferença salarial. O presente estudo possui uma abordagem quantitativa e qualitativa, trata-se de um estudo bibliográfico e descritivo e os dados foram coletados nas Revistas Mineira e Brasileira de Contabilidade e também no Google Acadêmico. A pesquisa resultou em sete artigos que abordavam o tema. Por meio da pesquisa realizada percebeu-se que todos os artigos levantados confirmaram que há diferença salarial entre homens e mulheres. Verificou-se por meio dos artigos que a diferença salarial ocorre, por exemplo, quando os profissionais que possuem mestrado são mais bem remunerados, entretanto as mulheres recebem remuneração aproximadamente 14% menor do que os homens. Verificou-se também que há discriminação contra mulher intra-ocupação, sendo esta visualmente mais evidente nas ocupações com maior escolaridade. Existem também diferenciais não explicados pelos atributos produtivos, sendo bastante heterogêneos, as mulheres beneficiam-se destes diferenciais de tratamento nos rendimentos mais baixos e são prejudicadas nos rendimentos mais altos da distribuição. Percebeu-se que em ocupações menos qualificadas e de baixa remuneração, há desigualdade de gênero e as segregações ocupacionais permanecem fortes e marcadas pelo componente regional, embora as mulheres tenham, sobretudo, maior escolaridade do que os homens.

Palavras-chave: DISCRIMINAÇÃO SALARIAL. GÊNEROS. REMUNERAÇÃO.

IMPACTO DO E-SOCIAL NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

CAMILA OLIVEIRA VIEIRA - Libertas - Faculdades Integradas; MARÍLIA GABRIELA DIAS DOS SANTOS - Libertas - Faculdades Integradas; Stefânia Aparecida Belute Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas; Ana Paula Santos Horta - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

O E-social é um projeto de grandes dimensões que visa unificar todas as informações da folha de pagamento de uma empresa em uma só plataforma. Assim todos os órgãos envolvidos Caixa Econômica Federal, Previdência Social, Receita Federal e FGTS receberão as informações em conjunto, ou seja, as informações foram unificadas, desta forma todos os órgãos envolvidos terão acesso. Com base no exposto definiu-se o seguinte problema de pesquisa: Como o e-Social impactará e influenciará na gestão de recursos humanos de um escritório de contabilidade? Para responder o problema de pesquisa tem-se como objetivo geral: analisar o cenário para a implantação do e-Social e foram levantados os seguintes objetivos específicos a) fazer uma revisão de literatura sobre o assunto; b) levantar as vantagens e desvantagens do e-Social e por fim, d) analisar os impactos com a chegada do novo programa. Foi feito um estudo de caso com abordagem qualitativa em que se utilizou um roteiro de entrevista aplicada para três pessoas do departamento de RH de um escritório de contabilidade. Percebeu-se por meio dos resultados obtidos que as pessoas entrevistadas já ouviram falar sobre o e-social, já fizeram algum treinamento relacionado ao tema, e que ainda encontra algumas dificuldades em relacionadas à comunicação com o cliente, porque são necessárias a realização de atividades em um prazo curto que pode gerar multas, caso atrase. Os respondentes acham que as organizações ainda não estão preparadas para a implantação do e-social, mas acreditam que o e-social impactará de maneira positiva nas organizações. De acordo com os respondentes, a preparação dos escritórios com a implantação do e-Social, é uma dificuldade, pois as mudanças ainda são grandes e esse processo ainda terá muitas revisões e mudanças.

Palavras-chave: E-SOCIAL, IMPACTOS, TECNOLOGIA, SIMPLIFICAÇÃO, PADRONIZAÇÃO.

ESTUDO DO PERFIL DOS POTENCIAIS CLIENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG

LUIS PAULO DE CARVALHO - Libertas - Faculdades Integradas; MARIA CLAUDIA DE CASTRO PEREIRA - Libertas - Faculdades Integradas; STEFANIA APARECIDA BELUTE QUEIROZ - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

Todos os alunos muitos alunos concluem o ensino médio e estão aptos a inserir no ensino superior, no entanto muitos desses alunos do ensino médio não sabem qual carreira seguir. Nesse sentido, surgiu o seguinte problema de pesquisa: Qual o perfil dos potenciais clientes das instituições de ensino superior da cidade de São Sebastião do Paraíso, MG? Para responder o problema de pesquisa foi definido como objetivo geral: verificar o perfil dos alunos do 3º ano do ensino médio (potenciais clientes das instituições de ensino superior), da cidade de São Sebastião do Paraíso, MG. Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1- Revisão bibliográfica sobre o tema; 2- Fazer um levantamento dos alunos do 3º ano do ensino médio em São Sebastião do Paraíso, MG; 3- Identificar o perfil dos alunos do 3º ano do ensino médio, ou seja, os potenciais clientes nas instituições de ensino superior em São Sebastião do Paraíso, MG. Esta pesquisa justifica-se devido à importância social e econômica em relação à escolha das profissões. Para a realização da pesquisa foi utilizada uma abordagem quantitativa, por meio da pesquisa descritiva, adotando o levantamento ou Survey como método de pesquisa e o questionário foi a técnica utilizada para o levantamento dos dados. Foi possível por meio dos resultados da pesquisa alcançar os objetivos e responder o problema de pesquisa, traçando o perfil dos alunos do 3º ano do ensino médio, potenciais clientes, das instituições de ensino superior de São Sebastião do Paraíso, MG.

Palavras-chave: PERFIL DO CONSUMIDOR. EGRESSO DO ENSINO MÉDIO. ESCOLHA PROFISSIONAL.

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE O PROCESSO SUCESSÓRIO DA GESTÃO DA EMPRESA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG

NAYARA DE PAULO PAIVA - *Libertas - Faculdades Integradas*; STEFANIA APARECIDA
BELUTE QUEIROZ - *Libertas - Faculdades Integradas*

E-MAIL:

RESUMO

O presente trabalho tem como identificar as dificuldades enfrentadas pelos gestores (fundadores das empresas) ao se iniciar o processo sucessório para o então herdeiro escolhido, que por muitas vezes não tem interesse pela empresa ou até mesmo competência para tal responsabilidade. A metodologia utilizada neste trabalho é um estudo de caso com abordagem qualitativa e a pesquisa descritiva. Utilizou-se para a coleta de dados a entrevista semiestruturada realizada com o sucessor. Por meio da pesquisa foi possível identificar as dificuldades encontradas pelos gestores das empresas familiares contribuindo com informações relevantes tanto para o meio acadêmico como para os gestores das empresas familiares.

Palavras-chave: EMPRESAS FAMILIARES. PROCESSO SUCESSÓRIO. SUCESSÃO FAMILIAR.

AÇÕES DE ENFERMEIROS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA PREVENÇÃO DE CÂNCER COLO UTERINO EM ADOLESCENTES

Alice de Jesus Paula - Libertas - Faculdades Integradas; Suseley da Silveira Santos - Libertas - Faculdades Integradas; Walisete de Almeida Godinho - Libertas - Faculdades Integradas; Iácara Santos Barbosa Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas; Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Mariana Gondim Mariutti Zeferino - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: ajesuspaula@hotmail.com; suzisantos1973@gmail.com; walisete@terra.com.br; iacaraoliveira@libertas.edu.br mgmariutti@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução: No Brasil, o câncer de colo de útero (CCU) é a terceira causa de neoplasia que acomete as mulheres, excetuando-se o câncer de pele (não melanoma) e de mama. Correspondendo a cerca de 15% de todos os tipos de neoplasias. A maioria dos CCU diagnosticado tem como agente etiológico o vírus da classe do Papilomavírus (HPV), o qual pode ser transmitido via sexual, sendo considerados uma infecção sexualmente transmissível (IST). Logo, o sexo seguro é incluído como uma das prerrogativas para prevenção da ocorrência do CCU. Objetivo: Conhecer as ações de enfermeiros direcionadas aos adolescentes para essa prevenção. Metodologia: após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa e atendendo à resolução 466/2012 e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foi realizada uma entrevista com os profissionais de enfermagem que atuam na Atenção Primária à Saúde no município de São Sebastião do Paraíso. Para a análise dos dados foi utilizado análise de conteúdo do tipo temática. Resultados e discussão: Da análise de dados emergiram três categorias: Atenção de enfermeiros para com as adolescentes; Ações de enfermeiros e dificuldades sentidas na oferta de ações de prevenção. Os profissionais entrevistados relataram que o tratamento destinado às adolescentes necessita ser diferenciado o que demanda um preparo profissional para tal e as dificuldades são em sua maioria ligadas à vulnerabilidade, imaturidade da fase da adolescência e falta de adesão ao tratamento. As ações são realizadas através de consultas individuais e palestras. Considerações Finais: Este estudo aponta que há a necessidade de um novo olhar às adolescentes para que se tenha um atendimento adequado e de qualidade, com ações efetivas e procurando minimizar as dificuldades encontradas. Acredita-se que um trabalho dessa natureza possa contribuir para discussões com a equipe de saúde, buscando aprimorar a assistência prestada às adolescentes na Atenção Primária à Saúde.

Palavras-chave: ENFERMAGEM; PREVENÇÃO DO COLO UTERINO; SAÚDE DO ADOLESCENTE.

PACIENTES ONCOLÓGICOS: PERCEPÇÃO SOBRE O TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO

Ana Cláudia Dos Santos Amaral - Libertas - Faculdades Integradas; Natássia Carmo Lopes Queiroz Ferreira - Libertas - Faculdades Integradas; Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Ana Paula Horta - Libertas - Faculdades Integradas; Mariana Gondim Mariutti Zeferino (orientador) - Libertas - Faculdades Integradas; Denize Alves de Almeida - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: anafashoin1@hotmail.com; natassiaferreira@libertas.edu.br; narimanlenza@gmail.com; ana.horta@unesp.br; marianazeferino@libertas.edu.br;

RESUMO

No Brasil, de acordo com o INCA, estima-se para o biênio 2018/2019, aproximadamente 600 mil novos casos de câncer de todos os tipos, o que caracteriza sua relevância epidemiológica e magnitude da doença. A presente pesquisa objetivou conhecer a rotina dos pacientes oncológicos de um município do interior sudoeste de MG, durante o tratamento fora do domicílio. Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória de abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada em duas etapas, por meio de dois instrumentos. O primeiro caracterizou o perfil sócio-demográfico e clínico dos sujeitos da pesquisa e o segundo foi construído para ser utilizado como diário para observação participante, o que permitiu que fossem acompanhados seis pacientes durante todo o percurso de ida e volta ao Hospital do Câncer de Passos. Os resultados demonstraram o predomínio de cinco mulheres casadas, com nível escolar médio e três delas com câncer de mama. Houve somente um paciente do sexo masculino, solteiro, 19 anos e com linfoma de Hodgkin. No que se refere a fisionomia facial na ida, observou-se que quatro dos pacientes apresentou ansiedade, angústia, medo e tristeza e que metade destes tinham também expressão de dor, com alteração da aparência. Também, quatro dos pacientes, estavam acompanhados. Ao chegar no hospital, a maioria ficou aflita, demonstrando ansiedade e apenas uma paciente ficou isolada, sem acompanhante e com problemas na voz, devido ao tipo de câncer. Após o atendimento no hospital, a maioria foi à casa de apoio para almoçar, e em seguida, metade deles foram à igreja, enquanto a outra metade optou por não desenvolver qualquer diálogo com as pessoas que estavam ali presentes. Apenas uma paciente que foi submetida à quimioterapia, saiu tarde do hospital e se dirigiu imediatamente ao ônibus. Em relação às condições gerais dos pacientes na volta, todos optaram pelo silêncio, o que pode ter ocorrido em virtude do cansaço por passarem grande parte do dia na estrada e no hospital. Ao final do percurso, todos já cansados, também ficaram ansiosos para regressar às suas casas e fizeram questão de se despedirem do motorista e das demais pessoas. Todos discutiram entre si o fato de terem que permanecer na cidade mais próxima o dia todo, por causa do atendimento dos demais pacientes. Sugere-se então que o transporte disponibilizado pelo município de origem seja dividido em dois turnos, que haja um profissional capacitado para acompanhar os pacientes ao Hospital do Câncer.

Palavras-chave: PALAVRAS-CHAVE: CÂNCER; TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO; ENFERMAGEM.

TESTE RÁPIDO DO HIV: PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DE UM MUNICÍPIO MINEIRO.

Bruna Carmen Estevam - Libertas - Faculdades Integradas; Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas; SANDRO DONIZETE CAETANO DA SILVA - Libertas - Faculdades Integradas; Mariana Gondim Mariutti Zeferino - Libertas - Faculdades Integradas; Natássia Carmo Lopes Queiroz Ferreira - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: brunacarmen31@gmail.com mgmariutti@yahoo.com.br

RESUMO

PERCEPÇÃO DO ENFERMEIRO SOBRE A REALIZAÇÃO DO TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DO HIV, NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DE UM MUNICÍPIO MINEIRO. Introdução: Os Testes Rápidos (TR), utilizados na detecção precoce do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), são realizados pela Estratégias de Saúde da Família (ESF) recentemente. A triagem presente na Atenção Primária à Saúde facilita o acesso ao exame uma vez que o local é a porta de entrada para a Rede de Atenção à Saúde. Objetivos: Conhecer a percepção do enfermeiro sobre a realização do teste rápido para detecção do HIV, na Atenção Primária à Saúde de um município mineiro. Métodos: Trata-se de um estudo de campo, descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, a partir de entrevistas com seis enfermeiros que atuam nas ESF, selecionados por amostragem aleatória. Foram incluídos àqueles enfermeiros que receberam capacitação para realizar o TR para detecção do HIV nas ESF. OA análise de conteúdo utilizada foi à temática. O estudo foi desenvolvido após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. Resultados: Constituíram o estudo seis participantes, do sexo feminino, com idades entre 28 e 42 anos. Emergiram das falas a importância do TR ser realizado na ESF. A descentralização do TR para a APS, além da unidade ser um local de fácil acesso à população, as enfermeiras exaltam a necessidade de o profissional estar devidamente capacitado para tal ação. Os sujeitos da pesquisa demonstraram que receberam treinamento para realização do TR adequadamente e que isso foi fundamental para aplicação destes. Ademais, o espaço da ESF favorece a diminuição da recusa pelo paciente em submeter-se ao teste, do mesmo modo que o TR se refere a um método descomplicado e de simples manuseio, caracterizando como uma benéfica alternativa para o diagnóstico do HIV. Conclusão: É perceptível que ao fato do profissional da enfermagem se encontrar em contato direto com a população, e, acima de tudo, apto para realizar tal atividade, obviamente, pós ter passado pela capacitação, isso tem gerado grandes benefícios a população. Nota-se também que há a necessidade de capacitações periódicas perante aos enfermeiros, como aulas práticas tanto para a testagem quanto para o aconselhamento que é dado aos pacientes, além do acompanhamento contínuo desses profissionais sobre a realização do teste. Do mesmo modo, deve haver uma expansão da realização dos TR para todas as unidades do município.

Palavras-chave: SORODIAGNÓSTICO DA AIDS. ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA. ENFERMAGEM.

ACÇÕES DE ENFERMEIROS COM CUIDADOS PALIATIVOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Daniele Renata Chagas - Libertas - Faculdades Integradas; Sandra Aparecida Campos - Libertas - Faculdades Integradas; Denize Alves de Almeida - Libertas - Faculdades Integradas; Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Natássia Carmo Lopes Queiroz Ferreira - Libertas - Faculdades Integradas; Mariana Gondim Mariutti Zeferino (orientador) - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: daniiprates66@gmail.com; daniiprates66@gmail.com;
denizealmeida@libertas.edu.br; narimanlenza@gmail.com marianazeferino@libertas.edu.br

RESUMO

A enfermagem é uma profissão que se preocupa com o cuidar, nas diversas fases da vida, desde o nascimento até a morte. Através da evolução terapêutica houve uma melhoria no controle do processo de morte, de forma a propiciar cuidados mais humanizados ao usuário. Tais cuidados são indissociáveis à sua forma paliativa, que consiste em melhorar a qualidade de vida, aliviar a dor e o sofrimento, tanto do usuário quanto dos familiares. Objetivou-se compreender as ações na abordagem e quais são os cuidados prestados ao paciente. Trata-se de um estudo de abordagem descritiva, qualitativa, em que para coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturada e ao derradeiro realizamos interpretação qualitativa do tipo temática dos dados sintetizados conforme Minayo. O projeto foi aprovado pelo Comitê de ética atendendo a resolução 466/2012 e todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Da análise de dados emergiram quatro categorias: sentimento do profissional na atenção ao usuário terminal; atenção ao usuário em fase terminal; dificuldades dos usuários em fase terminal e cuidados prestados ao usuário em fase terminal. Os resultados demonstraram que o sentimento do profissional na atenção ao usuário é um misto de frustração, compaixão e ao mesmo tempo gratidão; a atenção ao usuário é de acolhimento, mas visto como rotineira; as dificuldades relatadas estão relacionadas à família, à falta de um Protocolo de Cuidados Paliativos para direcionar os profissionais sobre qual conduta tomar diante de um doente impossibilitado de cura, na idade do doente terminal e os cuidados são pautados na assistência às necessidades fisiológicas. Reafirmamos, portanto, a necessidade de um cuidado mais humano com os usuários, não sendo suficiente apenas o conhecimento teórico em que, apesar dos avanços do saber terapêutico, é evidente a necessidade de um comprometimento maior dos profissionais de saúde não somente quanto às necessidades físicas, para com os usuários impossibilitados de cura e seus familiares.

Palavras-chave: ENFERMAGEM, CUIDADOS PALIATIVOS, MORTE, CUIDADO HUMANIZADO.

DESENVOLVIMENTO DE UM GUIA PRÁTICO PARA INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO EM UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

*FLÁVIA SOUZA PROENÇA - ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO -
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; CarMEN GRACINDA SILVA SCOCHI - ESCOLA DE
ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO*

E-MAIL: flaviaproenca2@gmail.com; carmenscochi@gmail.com

RESUMO

Introdução: O incentivo ao aleitamento materno exclusivo (AME) tem se constituído em aliado importante na redução da morbimortalidade infantil e na infância, abrangendo as ações básicas e integrais na saúde da criança e da mulher, operacionalizadas em ações estratégicas, programas e políticas de saúde. Nas últimas décadas, o desmame precoce e o uso indiscriminado de substitutos do leite materno tem se constituído em preocupação cada vez mais frequente entre os profissionais de saúde. **Objetivo:** Desenvolver e avaliar um guia prático para sistematização da assistência de enfermagem e equipe de saúde no incentivo ao AME em crianças até o sexto mês de vida, em Unidades de Saúde da Família (USF) do interior de Minas Gerais. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de intervenção fundamentada no referencial teórico- metodológico da pesquisa-ação, que seguirá as fases propostas por Thiollent (2011). A pesquisa será realizada em duas USF, em três etapas. A primeira, consta de um diagnóstico situacional sobre o aleitamento materno nas USF do município de Jacuí – MG, tendo por base dados disponíveis no E-SUS AB do município e aqueles obtidos a partir de entrevistas por dois meses consecutivos, com 30 puérperas cadastradas e em seguimento nas USF, seguindo roteiro estruturado. Na segunda etapa, com base nos dados coletados na fase anterior, em evidências científicas, nas produções técnicas disponíveis no país e na experiência profissional, será criado o guia prático sistematizando as ações de enfermagem e da equipe de saúde no incentivo ao AME nos primeiros seis meses de vida. As atividades serão desenvolvidas em oficinas e seminários e seguirá as fases propostas por Thiollent (2011), com a participação ativa de um grupo de trabalho constituído por profissionais de saúde voluntários das duas USF. A terceira etapa constará da avaliação desse guia prático por toda equipe de saúde e gestores das duas USF e o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), participantes ou não das oficinas multiprofissionais. Cada participante receberá cópia do guia prático juntamente com um instrumento contendo dados de identificação e expressões afirmativas para manifestação da impressão geral em Escala de Likert: Discordo fortemente, Discordo, Concordo, Concordo fortemente e Não sei, visando sua avaliação para futura implantação na assistência, após os treinamentos necessários. **Resultados Esperados:** Melhora na assistência para mães e bebês.

Palavras-chave: ALEITAMENTO MATERNO, ATENÇÃO PRIMÁRIA, DESMAME PRECOCE.

SÍFILIS GESTACIONAL: DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO ADEQUADO

Lucineia Aparecida Gonçalves - Libertas - Faculdades Integradas; walissete almeidagodinho rosa - Libertas - Faculdades Integradas; mariana godin mariutti zeferino - Libertas - Faculdades Integradas; narinan de felicio bortucan lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Iacara Santos Barbosa oliveira - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: lucineiaap1974@hotmail.com

RESUMO

Sífilis Gestacional: diagnóstico e tratamento adequado Lucineia Aparecida Gonçalves - Libertas Faculdades Integradas- Iácara Santos Barbosa Oliveira - Libertas Faculdades Integradas - iacara.oliveira@yahoo.com.br Nariman de Felicio Bortucan Lenza - Libertas Faculdades Integradas - narimanlenza@gmail.com Walisete almeidagodinho rosa – Libertas Faculdades Integradas Viviane vieira de carvalho - Libertas Faculdades Integradas Mariana godin mariutti zeferino - Libertas Faculdades Integradas Introdução: a sífilis é uma doença infecto contagiosa que desafia a seculos a humanidade podendo comprometer praticamente todos os órgãos e sistema do organismo em se tratando de sífilis gestacional e considerada pelo MS(Ministério da Saude) um problema de saude publica responsavel por altos indices de morbimortalidade intrauterina. Objetivos: Identificar o estágio evolutivo no momento do diagnóstico de sífilis gestacional e o tratamento realizado nas mulheres notificadas com sífilis durante o período gestacional em um município no interior de Minas Gerais, no período de 2011 a 2017. Métodos: foi realizado um estudo documental de abordagem quantitativa, desenvolvido através de análises das fichas de notificação do SINAN, Resultados e Discussão: No período de 2011 a 2017 foram notificados 30 (trinta) casos de Sífilis em Gestantes no município. Acredita-se que o número de notificações ainda não expresse a total realidade do município em que foi realizada a pesquisa, em função dos casos subnotificados e das pacientes que não têm acesso aos exames e testes rápidos Conclusão: A sífilis em gestantes é uma doença reemergente e, apesar de todos os esforços para o controle da mesma, ainda é necessário um trabalho preventivo de orientação tanto para a gestante quanto para o seu parceiro. O diagnóstico de sífilis no período pré-natal precisa melhorar no município em estudo, principalmente em função dos casos notificados no hospital no momento do parto A atuação do enfermeiro neste processo é de grande importância, visto que este profissional detém o conhecimento e está próximo da paciente através das Unidades Básicas de Saúde nas regiões de abrangência. Descritores: Sífilis gestacional; diagnóstico; tratamento

Palavras-chave:

ESPIRITUALIDADE E RELIGIOSIDADE NOS CUIDADOS PALIATIVOS

ALINE MACHADO - Libertas - Faculdades Integradas; DAYANE SANTOS - Libertas - Faculdades Integradas; DENIZE ALVES DE ALMEIDA - Libertas - Faculdades Integradas; NARIMAN DE FELÍCIO BORTUCAN lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Ana Paula Horta - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

O ser humano, enquanto ser pensante e questionador, se preocupa em entender o significado da vida e da morte, bem como o porquê da sua existência no mundo, procurando meios para lidar com essa complexidade. A religião pode ser considerada uma forma de explicação dessas questões. A espiritualidade e a religiosidade vêm ocupando um espaço importantíssimo na área da saúde, pois são vistas como estratégias de enfrentamento diante de situações que causam impacto negativo na vida das pessoas. No cuidado paliativo, essas visões de mundo têm demonstrado influência positiva, uma vez que o sentimento de vida limitada pela doença passa a ser melhor aceito pelo prisma da religião que oferece conforto, esperança e força. Com isso, há melhor suporte emocional, desenvolvendo hábitos de vida saudável, menores taxas de estresse, dando mais significado a vida e sempre destacando aspectos positivos. Objetiva-se com esse trabalho mostrar a importância da espiritualidade e religiosidade diante da dor, sofrimento, tristeza, nos cuidados paliativos como forma de estratégia de enfrentamento. O presente trabalho torna-se relevante em razão da crença religiosa que está relacionada na melhoria da saúde tanto mental como física e a qualidade de vida que está apoiada na fé e no suporte da comunidade religiosa que leva o indivíduo a ter experiências de bem-estar e paz. Neste sentido, esse tema é importante à área de Enfermagem e saúde em geral por enfatizar a necessidade de saber agir, respeitando a subjetividade de cada paciente e familiar, pois cabe ao profissional de saúde respeitar as crenças pessoais dos pacientes e incentivá-las no momento de exercer os cuidados paliativos.

Palavras-chave: CUIDADOS PALIATIVOS; ESPIRITUALIDADE; RELIGIÃO.

CURANDEIRISMO: INTERFACE ENTRE TRATAMENTOS OFICIAIS E ALTERNATIVOS DE SAÚDE

ADRIANA BRAZ - *Libertas - Faculdades Integradas*; AMANDA FELICIANO - *Libertas - Faculdades Integradas*; IÁCARA SANTOS BARBOSA OLIVEIRA - *Libertas - Faculdades Integradas*; ANA PAULA HORTA - *Libertas - Faculdades Integradas*

E-MAIL:

RESUMO

As práticas de curandeirismo estiveram presentes no Brasil desde o século XIX, contexto em que as pessoas tinham práticas culturais familiares para cuidar dos seus enfermos. Tais práticas passaram de geração em geração até chegar à atualidade, estando hoje vinculadas às ações de enfermagem em algumas localidades do país. No território brasileiro há uma vasta pluralidade de crenças e os profissionais da saúde devem respeitar os valores culturais dos enfermos, por considerar as diferenças expressadas pelos modos de ser e agir, pois eles podem exigir a competência técnica, ou seja, tratamentos convencionais, ou a competência cultural de como será o cuidar relacionado à sua saúde. Sabemos que a história da enfermagem se fundamenta nesta visão do cuidar como forma de caridade. Alguns estados mais pobres usam até hoje os recursos dos curandeiros para tratamento, como é o caso das cirurgias espirituais, garrafadas, banhos, dentre outros. O presente trabalho tem como objetivo estabelecer vínculos dos profissionais de enfermagem com as práticas de cuidados dos curandeiros, com ênfase nos cuidados atuais com os pacientes por meio das práticas antigas, promovendo a interface entre tratamentos oficiais e alternativos que envolvem religiosidade e crenças. Ressalta-se a importância deste trabalho às práticas de onde está inserido o curandeirismo em conjunto com a enfermagem, como exemplo as Unidades de Saúde da Família situadas em bairros de periferia, com população de baixa renda de todos os ciclos de vida, desde o nascimento até a terceira idade. Trata-se de uma pesquisa a partir de uma revisão bibliográfica, visando identificar o conhecimento histórico das práticas de curandeirismo.

Palavras-chave: CURANDEIRISMO; HISTÓRIA DA ENFERMAGEM; TRATAMENTOS ESPIRITUAIS.

ENVELHECIMENTO E ESPIRITUALIDADE: A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO E DA RELIGIOSIDADE NO IDOSO

JAQUELINE SANTIAGO BENTO - Libertas - Faculdades Integradas; JULIANE AP. DE MELO - Libertas - Faculdades Integradas; VIVIANE VIEIRA CARVALHO - Libertas - Faculdades Integradas; NATÁLIA MÁXIMO FONSECA - Libertas - Faculdades Integradas; ANA PAULA HORTA - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

O envelhecimento não se limita aos aspectos físicos, mas também psicológicos e culturais, já que representa um processo natural e que afeta o ser humano como um todo. Com o aumento da expectativa de vida da população fatores como religião e espiritualidade apontam alternativas para o enfrentamento de doenças e estressores presentes na vida dos idosos. No meio científico, admite-se que aspectos religiosos e espirituais têm relação direta com o bem-estar dos indivíduos e ao estado de saúde, bem como condições físicas, psíquicas e sociais. O reconhecimento de importantes elementos como a fé, esperança, a compaixão, para citar alguns, no processo de cura ou de bem-estar é uma atitude que tende a ser buscada pelos agentes de saúde. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é compreender a influência da religião e religiosidade no comportamento do idoso e os objetivos específicos são apontar de que maneira a religião e a religiosidade influenciam no enfrentamento de doenças em idosos e destacar a relação da religião com o bem-estar do idoso. O que leva um ser humano a buscar respostas pela fé, algo que não se pode tocar, um sentimento muitas vezes de desespero perante uma doença? Essa questão permeia o trabalho dos profissionais de saúde que buscam por meio da alteridade respeitar as diversas visões de mundo dos seus pacientes. Consideramos que a religião ou religiosidade exercem um papel significativo na vida humana, proporcionando um amparo seguro para lidar com os desafios cotidianos do envelhecimento.

Palavras-chave: ENVELHECIMENTO; ESPIRITUALIDADE; FÉ; BEM-ESTAR.

INTERFACE ENTRE RELIGIÃO E CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL

SOLANGE MIGUEL - Libertas - Faculdades Integradas; ANGELINA JUSTINO SILVA - Libertas - Faculdades Integradas; KELLEN CARVALHAES - Libertas - Faculdades Integradas; WALISETE ALMEIDA GODINHO ROSA - Libertas - Faculdades Integradas; ANA PAULA HORTA - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

A interface entre religião e cuidados na saúde mental tem se revelado um aspecto significativo na forma como as pessoas têm enfrentado as adversidades da vida nos momentos de adoecimento psíquico. Os profissionais de enfermagem que atuam na saúde mental presenciaram atitudes como: preces na enfermaria, cantos de hinos religiosos, passeios com a Bíblia na mão, danças com o terço na cabeça, pregações para outros pacientes e membros da equipe, imaginação de que possuem o poder da cura. Diante disso, temos como objetivo apresentar como a equipe de enfermagem percebe a religiosidade de seus pacientes privilegiando o atendimento durante o processo de adoecimento, contribuindo de uma forma benéfica na qualidade dos cuidados de enfermagem prestados. O presente trabalho mostra a grande aproximação entre a religião e a psiquiatria podendo auxiliar os profissionais de saúde mental ao demonstrar que a religião e a religiosidade pode auxiliar o paciente a superar momentos de sofrimento e angústia. Vale ressaltar ainda que família busca assistência médica como um fato instituído pela sociedade e, por vezes, encontra conforto nas práticas religiosas. Tal fato comprova que a religiosidade ocupa um espaço privilegiado no processo de adoecimento. Esse estudo faz uma revisão de literatura, realizada a partir de pesquisas de artigos científicos, a fim de contribuir com os profissionais de saúde na compreensão da religiosidade no tratamento de pacientes psiquiátricos.

Palavras-chave: RELIGIOSIDADE; SAÚDE; DOENÇA; MENTAL.

FITOTERAPIA: ERVAS MEDICINAIS COMO TRATAMENTO, CURA E PREVENÇÃO DE DOENÇAS

DANIEL BARBOSA - Libertas - Faculdades Integradas; CARLA ANE SILVA - Libertas - Faculdades Integradas; SANDRO DONIZETE CAETANO DA SILVA - Libertas - Faculdades Integradas; Stefânia Aparecida Belute Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas; ANA PAULA HORTA - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

A utilização de plantas medicinais para o tratamento, cura e prevenção de doenças é uma das mais antigas formas de prática medicinal da humanidade. Essa prática popularmente utilizada recebe a denominação de fitoterapia. Normalmente, o uso de ervas cultivadas no fundo do quintal é uma prática baseada no conhecimento popular. Essa prática pode ser utilizada de várias maneiras em chás, garrafadas, xarope, cheiros e defumados em banho. Os fitoterápicos são medicamentos medicinais extraídos ou derivados de plantas e ervas naturais, com ação e eficácia comprovada diante de processos de cura ou alívio de uma doença, cuja eficácia contribui para uma vida mais saudável e harmônica dos seres humanos. Grande parte dessas ervas se encontra na Amazônia, constitui 50% de toda a biodiversidade da flora medicinal do mundo, e 25% dos medicamentos que utilizamos e que estão disponíveis nas farmácias são de origem vegetal. Esses dados comprovam que se antes as ervas com fins terapêuticos eram consideradas somente crença popular, hoje muitas delas têm seus benefícios à saúde comprovados cientificamente. É preciso enfatizar que qualquer medicamento químico ou fitoterápico apresenta consequências da automedicação. Esses medicamentos geram muitas vezes os resultados irreversíveis para a saúde e para a vida, ambos não dispensam periodicamente uma consulta ao médico. Jamais desmereça os avanços atuais da ciência, uma avaliação de um fitoterapeuta ou um profissional conhecedor, pois a automedicação ou o consumo incorreto das plantas medicinais e de remédios químicos podem levar a morte. É necessário colocar em tudo a moderação, a cura acontece no seu interior, assim todos os seres humanos desfrutam da força mental e do poder curativo integrado à natureza na preservação e na cura. Objetiva-se com esse trabalho mostrar a utilização da fitoterapia pela população, identificando as plantas utilizadas com maior frequência, motivo pela qual são usadas e sua forma de utilização. O presente trabalho torna-se relevante em razão do histórico do uso da fitoterapia, destacando-se a importância do conhecimento popular e a necessidade de um envolvimento científico para melhor aplicabilidade e uso das plantas medicinais e da biodiversidade.

Palavras-chave: FITOTERAPIA; ERVAS MEDICINAIS; TRATAMENTO; SAÚDE.

BENZEDOR SÓ BENZE, QUEM CURA É DEUS”: BENZEÇÃO COMO RECURSO NO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA E O DIÁLOGO ENTRE O SABER MÉDICO E O SABER RELIGIOSO

DANIELY NEVES - Libertas - Faculdades Integradas; ÉRICA CRISTINA SILVA - Libertas - Faculdades Integradas; MARIANA GONDIM MARIUTTI ZEFERINO - Libertas - Faculdades Integradas; NATÁSSIA CARMO LOPES QUEIROZ FERREIRA - Libertas - Faculdades Integradas; ANA PAULA HORTA - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

A benzeção é uma prática que envolve religião e espiritualidade e é um importante elemento da cultura popular do nosso país por ser repassado de geração em geração. Essa tradição está correndo o risco de acabar, pois hoje em dia não é tão fácil encontrar benzedores. Geralmente eles habitam a área rural e são pessoas de idade mais avançada. O profissional em saúde pode reconhecer essa ação como importante determinante nas formas de tratamento em saúde, cujo impacto recai não só sobre um ser individual, mas sobre toda a população, pois todo indivíduo é dotado de crenças, hábitos e costumes de uma rede cultural própria. Muitos benzedores acreditam ainda no poder das ervas e das plantas medicinais que podem ser utilizadas durante a benzeção. O estudo do tema, na atualidade, é importante pois enfatiza a importância da benzeção para a população que acredita na crença da cura. Esse trabalho tem como objetivo geral destacar que a benzeção como prática de cura é ainda utilizada por grande parte da população, a despeito de parecer estar em desuso. Diante disso, ressaltamos a importância do tema e o papel do profissional de saúde no sentido de saber identificar a carência do paciente, seus padrões culturais e religiosos, já que cada pessoa tem a sua religião, identificando a crença de cada um, e agindo de forma respeitosa com o mesmo. Mais que isso, buscamos identificar como os trabalhadores da atenção básica se posicionam em relação a presença da prática de benzedura e em relação às demandas de ordem espiritual trazidas pelos usuários da atenção básica. Este estudo ensejou enriquecedoras reflexões sobre a interface entre saúde, cultura e religiosidade/espiritualidade. Mediante as percepções dos profissionais de saúde fomentou o antigo debate em torno da tensa relação entre religião e ciência e apontou para a pluralidade e liberdade religiosa presentes no contexto brasileiro. Indicou também o recurso a saberes diversos (a medicina e a benzedura) na explicação do processo saúde-doença.

Palavras-chave: BENZEÇÃO; CULTURA; RELIGIOSIDADE; COSTUMES; CURA.

TENTATIVAS E CASOS CONSUMADOS DE SUICÍDIO EM UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 2011 A 2017

Júlia Thereza Colombaroli - Libertas - Faculdades Integradas; Denize Alves de Almeida - Libertas - Faculdades Integradas; Natássia Carmo Lopes Queiroz Ferreira - Libertas - Faculdades Integradas; WALISETE ALMEIDA GODINHO ROSA - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: juhcolombarolli@gmail.com

RESUMO

O suicídio é a morte resultante de ato consciente de autodestruição, que vem crescendo no decorrer dos anos, sendo um grande problema de saúde pública, ficando entre as três principais causas de morte. O presente estudo teve por objetivo descrever o perfil sociodemográfico e caracterizar os casos de tentativas de suicídio e suicídios em um município do sudoeste de Minas Gerais no período de 2011 a 2017. Foram coletados dados a partir dos boletins de ocorrências registrados na Delegacia de Polícia Civil após o Delegado Regional da Polícia Civil assinar a Autorização de Entrada em Campo e ceder uma sala para que tivéssemos acesso aos dados, anteriormente houve tentativas de coleta na Vigilância em Saúde, em um Cartório de Registro Civil, em uma Funerária e no IML de Passos. Para a coleta de dados utilizou-se um formulário para preenchimento a partir dos dados disponíveis nas ocorrências, onde foi possível identificar as seguintes variáveis: frequência das ocorrências, sexo, idade e método utilizado. Os dados foram digitados em planilha do Programa Microsoft Excel de submetidos à análise estatística descritiva simples. A análise mostrou que foram registradas 518 ocorrências, dessas 479 (92,47%) foram de tentativas, enquanto 39 (38,46%) foram de casos consumados. Os resultados permitiram concluir que o índice de suicídio realmente vem aumentando com o tempo, sendo maior no sexo masculino pelo método de enforcamento, enquanto as tentativas são maiores no sexo feminino por intoxicação exógena. Nesse contexto, se faz necessário que todos os profissionais de saúde e de modo especial os enfermeiros, estejam preparados para identificar os fatores de risco para o suicídio, realizar acolhimento e devidos encaminhamentos que se fizerem necessários, bem como desenvolver ações e medidas de prevenção.

Palavras-chave: SUICÍDIO; PREVENÇÃO; ENFERMAGEM

O PAPEL SOCIAL DA ENGENHARIA CIVIL

Amanda Dizaró de Paula - Libertas - Faculdades Integradas; Bruno Ribeiro Teixeira - Libertas - Faculdades Integradas; Lorraine de Pádua Almeida - Libertas - Faculdades Integradas; Luiz Otávio Moreira - Libertas - Faculdades Integradas; Raphaela Domingues - Libertas - Faculdades Integradas; Darlan Einstein do Livramento - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Constituição Federal de 1988 garantem o direito à habitação. Estas colocam direito como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portanto, estes devem promover programas de construções de moradias, melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico, combaterem as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promover à integração social dos setores desfavorecidos e o direito à moradia e mobilidade pela pessoa com deficiência. Dessa forma o objetivo desse trabalho foi estudar o papel profissional do Engenheiro Civil e como ele pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, visto que os “avanços” não atinge da mesma forma todas as classes sociais. Os profissionais da engenharia civil têm que levar em consideração diversas variáveis para conceber um projeto, como o fator social, econômico, ambiental entre outros. No contexto social experiências de aprendizagem em trabalhos comunitários poderão facilitar a reconstrução sobre o tipo de trabalho realizado por engenheiros civis e o amplo impacto do conhecimento em engenharia civil. O desenvolvimento do mundo moderno tem sido dominado pela ciência, engenharia e tecnologia e o papel do engenheiro está intimamente ligado às necessidades da sociedade. No contexto da Engenharia Civil, a mesma deve ser pautada no desenvolvimento sustentável: meio ambiente, economia e responsabilidade social. Nesse último tópico a qualidade das experiências de aprendizagem de serviços comunitários podem ser aproveitadas como oportunidades de articulação e organização de conhecimentos, análise de perspectivas e comparações, além de permitir contrastar a compreensão do profissional com a compreensão dos outros, e envolver atividades que requerem integração de conhecimento.

Palavras-chave:

ACESSIBILIDADE SOB ENFOQUE DA ENGENHARIA CIVIL

Ana Carolina Martins de Pádua - Libertas - Faculdades Integradas; Darlan Einstein do Livramento - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL:

RESUMO

Acessibilidade consiste na possibilidade de acesso a um lugar ou conjunto de lugares. Significa, não apenas, permitir que pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas também, a inclusão e extensão do uso dessas facilidades por todas as parcelas presentes em uma determinada população, visando à sua adaptação e locomoção, eliminando as barreiras. Assim surge a seguinte pergunta: quais os determinantes para acessibilidade dos cadeirantes no meio urbano? Dessa forma o presente trabalho teve a finalidade de estudar a acessibilidade no espaço urbano para indivíduos que fazem uso constante de cadeira de rodas para sua locomoção. O presente estudo utilizou uma revisão sistemática sobre o assunto. Dentre os obstáculos enfrentados pelos cadeirantes pode-se mencionar as calçadas em péssimas condições, falta de guias rebaixadas, inadequação de lojas e restaurantes, transporte deficiente, ensino profissional precário, preconceito, diversas barreiras em prédios comerciais e públicos. Uma pesquisa do IBGE apontou que apenas 4,7% das vias urbanas tem rampas de acesso para cadeirante. A legislação brasileira, por meio da ABNT, NBR 9050, já contempla a acessibilidade na construção civil. Para fortalecer a acessibilidade, em 2000 foi instaurada a Lei 10.098, que torna obrigatórios os recursos de acessibilidade em novos empreendimentos imobiliários. Dessa forma, a acessibilidade na construção civil é muito mais do que uma simples recomendação ou um esforço de cidadania tão somente, mas sim algo exigido por lei.

Palavras-chave:

PROFISSÃO DE CONTADOR NA VISÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA LIBERTAS FACULDADES INTEGRADAS

Eriel da Silva Castilho - Libertas - Faculdades Integradas; Fernanda Vieira Castilho - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: eriel.sc92@gmail.com; ferveiraaraujo@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral levantar informações da atuação no mercado de trabalho dos egressos dos últimos 10 anos da Libertas Faculdades Integradas. O levantamento de dados da pesquisa foi realizado através de um questionário enviado pela plataforma digital do Google Formulários para 272 ex-alunos da Libertas Faculdades Integradas egressos dos anos de 2007 à 2016 e atingindo 80 questionários respondidos. É uma pesquisa descritiva bibliográfica e estudo de caso. Os resultados mostram que a maioria acharam válida a conclusão do curso, que usam os conhecimentos adquiridos na área de atuação e hoje tem uma visão diferente do contador como um profissional que atua em diversas áreas dentro da empresa, que a remuneração ainda é baixa em relação ao mercado e que é uma profissão bem vista pela sociedade.

Palavras-chave: CONTABILIDADE, ENSINO, EGRESSOS, LIBERTAS, PROFISSÃO

A CONTABILIDADE COMO APOIO PARA OS CAFEICULTORES QUANTO A GESTÃO DA PROPRIEDADE: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE MORRO VERMELHO

Natalia Edwirges Alves Macedo - Libertas - Faculdades Integradas; Paloma Brígida de Paula - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: nataliaalvesmacedo.nm@gmail.com; paloma-brigida@hotmail.com

RESUMO

O produtor rural, atualmente almeja ter lucratividade sobre sua propriedade, procura meios inovadores, que geram gastos menores, fazendo seus índices de lucratividade crescerem. Administrar uma propriedade pode parecer tarefa fácil, entretanto o produtor rural precisa de informações para ter controle de sua propriedade e necessita de uma segunda opinião. Um contador busca informações e dados dos produtores, o que os auxilia na tomada de decisões. Com isso o presente artigo buscou analisar qual é a procura dos produtores rurais pelos serviços prestados através dos escritórios de contabilidade, e se os mesmos acreditam que os contadores podem estar auxiliando nas tomadas de decisões de sua propriedade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com aspectos descritivos, onde foi aplicado um formulário para 15 produtores rurais da comunidade do Morro Vermelho. Sendo assim, este estudo identificou as principais características das propriedades rurais desta comunidade, demonstrou a necessidade da utilização da contabilidade rural e sua relevância na administração das propriedades rurais como instrumentos de apoio para a tomada de decisão.

Palavras-chave: AGRICULTURA FAMILIAR. CONTABILIDADE RURAL. CAFEICULTURA.

DIFICULDADES DOS ENFERMEIROS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO ACOMPANHAMENTO DA CRIANÇA PORTADORA DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SEUS FAMILIARES.

Joelma da Silva Santos - Libertas - Faculdades Integradas; Renata Aparecida Lourenço - Libertas - Faculdades Integradas; Ana Paula Santos Horta - Libertas - Faculdades Integradas; Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Natássia Carmo Lopes Queiros Ferreira - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: joelmasantos93@outlook.com.br; renata_jacui@hotmail.com;
natassiaferreira@libertas.edu.br; natassiaferreira@libertas.edu.br;
natassiaferreira@libertas.edu.br;

RESUMO

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está associado às alterações neurológicas que dificultam o desenvolvimento da criança, afetando a comunicação e interação social da mesma. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) é a porta de entrada dessa criança e seus familiares, local em que o enfermeiro atua diretamente com esse público por meio do programa de puericultura e em outras ações da equipe de saúde da família. **Objetivo:** conhecer as dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros no acompanhamento da criança portadora de TEA e seus familiares. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, de abordagem qualitativa, realizada com os enfermeiros da ESF de um município mineiro. Foram selecionados dez profissionais, incluídos na pesquisa por apresentarem crianças autistas cadastradas nas unidades em que trabalham. A coleta de dados foi realizada mediante uma entrevista semiestruturada e submetidas à análise do tipo temática. O estudo foi desenvolvido após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** Todos os participantes são do sexo feminino, com idades entre 28 e 46 anos. Mediante as falas das participantes, algumas dificuldades foram apontadas pelos enfermeiros no atendimento ao autista como: dificuldades de compreensão da criança por elas terem dificuldades em se expressar e/ou falar; sobre muitas vezes os parentes mais próximos não saberem lidar com a condição especial da criança; complicações devido à resistência da família para lidar com a criança; e por fim dos enfermeiros uma dificuldade importante para o atendimento, que é o fato de que as enfermeiras participantes afirmaram desconhecimento do tema. **Conclusão:** O enfermeiro tem um papel extremamente importante diante da criança e de seus familiares, pois é ele quem primariamente atua diante desses usuários. É necessário ter mais estudos relacionados a essa temática, que se refere a enfermagem na Atenção Primária à Saúde no atendimento às crianças portadoras de TEA. E assim, demonstrar a necessidade de incluir esse tema no cotidiano das ESF com capacitação dos profissionais que possibilite uma melhor atuação e aprimoramentos diante da condição autística.

Palavras-chave: TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA. ENFERMAGEM.

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 12.564/12

Jeferson Matheus Azevedo - Libertas - Faculdades Integradas; Jacqueline Layla Goulart Modesto - Libertas - Faculdades Integradas; Zeziane Cristina do Nascimento - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: jefmathaze@gmail.com; jacquelinelayla.multimax@gmail.com;
zezianecristina@hotmail.com

RESUMO

Coletar material biológico para promover a identificação criminal é um método ainda contraditório no ordenamento jurídico brasileiro. O art. da nossa Constituição determina que “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”. A primeira legislação complementar neste sentido foi a Lei 12.037/09, alterada 3 anos mais tarde pela Lei 12.654/12. A Lei 12.564/12 também alterou a Lei 7.210/84, estabelecendo a previsão de coleta de material genético como uma das modalidades de identificação criminal, em que passa a existir um banco de dados protegidos pelo Estado. A alteração que a LEP sofreu está presente em seu art. 9-A, que dispõe: “Art. 9o-A. Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor. § 1o A identificação do perfil genético será armazenada em banco de dados sigiloso, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo. § 2o A autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético”. No entanto, há uma aparente antinomia no texto constitucional. O princípio *nemo tenetur se detegere* é um princípio que garante à pessoa acusada o direito de não produzir provas contra si, princípio este que aparece disposto no Pacto San José da Costa Rica e na Constituição Federal no art. 5, inciso LVIII, que dispõe que “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”, conhecido como direito ao silêncio. Há um entendimento por parte de juristas que o *nemo tenetur se detegere* abrande todos os meios de probatórios que envolvam a participação do acusado, não importando se são pouco invasivos ou indolores. No Supremo Tribunal Federal, foi reconhecida a repercussão geral acerca da possibilidade de inconstitucionalidade da Lei 12.564/12 para discussão entre os Ministros pelo Ministro Relator Gilmar Mendes. Destarte, faz-se necessário uma avaliação crítica acerca da constitucionalidade da Lei N° 12.654/12, sendo este o objetivo precípuo deste trabalho.

Palavras-chave: IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL; LEI N° 12.564/12; NEMU TENETUR SE DETEGERE.

A INCONSTITUCIONALIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS DE OFÍCIO PELO JUIZ. HÁ VIOLAÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO?

Letícia Márcia de Melo Alvarenga - Libertas - Faculdades Integradas; Vanessa Rita Duarte - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: leticiaalvarenga_melo@hotmail.com; vanessarduarte@outlook.com

RESUMO

No sistema acusatório, não é permitido ao magistrado buscar provas, seja em benefício da defesa ou da acusação. Isso tem como objetivo dar mais imparcialidade no momento do julgamento, uma vez que a imparcialidade verdadeira inexistente, já que os juízes também estão à mercê de suas vivências, culturas e experiências. Partindo deste contexto, ao permitir que o juiz possa determinar a produção de provas de ofício, ou seja, por impulso oficial e sem o requerimento de qualquer uma das partes, estaremos permitindo a existência de um juiz investigador. Quando o código permitiu esse novo positivo ao juiz, permitiu de maneira expressa e inconstitucional, a nosso ver, a existência de um juiz inquisidor, figura jurídica há tempos extinta e não condizente com as garantias constitucionais. A produção de provas de ofício pelo juiz viola os princípios do contraditório e da ampla defesa, comprometendo sua imparcialidade. São as partes que devem requerer e produzir as provas que julgarem convenientes aos seus interesses. Não concordamos com a participação do magistrado na produção da prova, mesmo sob o argumento de que o seu papel seja apenas complementar, objetivando esclarecer dúvidas para conseguir se obter a verdade. Uma vez que se dúvida existe na cabeça do julgador, esta já favorece o acusado e, conseqüentemente, o direito de liberdade, tendo como fundamento o princípio do in dubio pro reo. Neste contexto, quando o juiz quer esclarecer alguma dúvida, a produção de prova neste sentido só servirá para condenar, já que para absolver a dúvida é suficiente. Concluindo assim que em um sistema acusatório, que possui como característica básica a separação das funções de acusar, defender e julgar, não se pode admitir, sob pena de violação de direitos constitucionais, que o magistrado atue de ofício, seja na fase de investigação, ou no curso do processo penal.

Palavras-chave: PROVAS- IMPARCIALIDADE- MAGISTRADO

A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E COMO DEVE SER FEITO SEU CONTROLE

Letícia Márcia de Melo Alvarenga - Libertas - Faculdades Integradas; Vanessa Rita Duarte - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: leticiaalvarenga_melo@hotmail.com; vanessarduarte@outlook.com

RESUMO

Improbidade administrativa pode ser classificada como um ato praticado em regra por um agente público, em que atuando na qualidade de agente público, realizou seu trabalho, com total falta de zelo com a coisa pública, indo contra os princípios administrativos, de forma desleal e desonesta. O servidor público tem por obrigação ética e moral, tratar os bens e interesses públicos de forma honesta, já que eles são escolhidos ou selecionados por meio de concursos públicos, para gerir os interesses da população da melhor forma possível. Vale salientar que a improbidade administrativa encontra-se disposta no artigo 37, § 4º da CRFB/88, e com base nesse dispositivo constitucional foi editada a Lei nº 8.429/1992. A referida lei possui natureza civil, sem prejuízo das sanções penais e administrativas que podem eventualmente serem aplicadas. E a competência para sua regulação é privativa da União. Referente ao controle da improbidade administrativa é importante que se tenha claro como a Administração deverá agir, no entanto é necessário que existam formas de se exercer o controle sobre esta ação. No controle da improbidade administrativa, uma das maneiras mais efetivas no nosso país é o Sufrágio, um exemplo é que quando votamos decidimos de maneira direta e secreta, que tipo de político administrará o nosso país. Por isso precisamos ser mais politizados, assim teremos um sufrágio cada vez mais eficaz. O correto exercício do poder inerente à administração só é possível quando podemos conciliar controle e responsabilidade, aliados à legitimidade e eficácia. Na administração o controle é a fiscalização sendo exercida pelo poder público ou pelo próprio cidadão, que verifica a atuação dos órgãos da Administração direta ou indireta, de qualquer esfera federativa ou de poder. O controle exercido pelo cidadão pode ser interno ou autocontrole, e externo, pelo Legislativo, Judiciário e pelo Ministério Público. O controle interno é exercido pelos órgãos da Administração Pública, já o controle externo, é aquele exercido pelos poderes que não a integram. A falta do controle interno é o maior inimigo do bem público, é de suma importância o controle preventivo dos atos dos agentes públicos, uma vez que ao identificarmos a conduta ilícita, evitamos que ela aconteça, e caso já tenha se iniciado conseguimos diminuir os prejuízos atuando na fase inicial do ato.

Palavras-chave: IMPROBIDADE- CONTROLE - ADMINISTRAÇÃO

A CONCESSÃO DOS ALIMENTOS AFETIVOS COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO DO ALIMENTANDO À VIDA DIGNA

*Luana Maria Ap Silva - Libertas - Faculdades Integradas; Maria do Carmo Lopes Toffanetto
Rossitto Bassetto - Libertas - Faculdades Integradas*

E-MAIL: luanamaria2017@bol.com; toffanetto@globo.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o instituto dos Alimentos decorrentes da filiação socioafetiva, sob a ótica da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do Código Civil Brasileiro de 2002. Para tanto, será adotado o método dedutivo, com a revisão bibliográfica sobre o tema, englobando pesquisa à doutrina, legislação e jurisprudência recentes. O advento da Constituição Federal de 1988 e a posterior a entrada em vigor do Código Civil de 2002, que revogou o antigo Código Civil de 1916, fundado nas lições do Código Civil Francês (que preconizava as relações familiares patriarcais), a forma de entendimento da família alterou-se (GAMA, 2008, p. 72), passando por um novo momento na história, trazendo consigo muitas mudanças na sociedade atual. Com a mudança de paradigmas relacionados ao conceito de família, atualmente vista em toda sua pluralidade, ocorreu em consequência, a alteração de outras questões relacionadas aos “Direitos das Famílias”, que, conforme explica Maria Berenice Dias (2017, p. , é a expressão “a que melhor atende à necessidade de enlaçar, no seu âmbito de proteção, as famílias, todas elas, sem discriminação, tenham a formação que tiver”. Assim, outras alterações importantes ocorreram em diversos assuntos relacionados às famílias, como casamento, separação, regime de guarda e convivência e, também, a prestação de alimentos. Dessa forma, atualmente o Direito das Famílias é fundado nos anseios dos diversos pedidos da entidade familiar assim considerado de forma geral, passando a priorizar os interesses da crianças, do adolescente e das relações afetivas. A nova concepção de direito “não-sanguíneo” vai influenciar todo o sistema do Direito das Famílias, principalmente as esferas ligadas aos alimentos, que são prestações destinadas à subsistência dos alimentandos, cujo objetivo é atender às necessidades vitais e sociais básicas, independente de sexo ou idade, daqueles que não pode provê-las integralmente por si. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF, 2016), no dia 21 de Setembro de 2016, quando do julgamento do RECURSO EXTRAORDINÁRIO RE 898.060/SC, considerou que o princípio da paternidade responsável impõe que, tanto o vínculo de sangue ou construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto aqueles de origem a ascendência biológica, devem ser acolhidas pela legislação. Pois não há impedimento do reconhecimento simultâneo de ambas as formas de paternidade pelo ordenamento jurídico dos n

Palavras-chave: CONCESSÃO, ALIMENTOS, AFETIVOS

A JUDICIALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Jeferson Matheus Azevedo - Libertas - Faculdades Integradas; Zeziane Cristina do Nascimento - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: jefmathaze@gmail.com; zezianecristina@hotmail.com

RESUMO

Os direitos fundamentais, terminologia utilizada para definir os direitos do ser humano que são reconhecidos e positivados em uma Constituição (CANOTILHO, 1992, p. 528 apud SARLET, 2015, p. 29), passaram a aparecer nas primeiras Constituições escritas devido ao forte movimento liberal-burguês do fim do século XVIII, firmando-se como direitos individuais perante o Estado (SARLET, 2015, p. 46), sendo eles frutos colhidos da Revolução Francesa. Sua importância é de escala incomensurável, já que é um dos elementos (junto à soberania popular) que condiciona o conceito de Estado Democrático de Direito (HABERMAS, 1992, p. 124 apud SARLET, 2015, p. 61) e, por isso, como ensina Ingo Wolfgang Sarlet (2015, p. 61), “os direitos fundamentais passam a ser considerados, para além de sua função originária de instrumentos de defesa da liberdade individual”, essenciais na manutenção de um no modelo de Estado Democrático de Direito, sendo vistos como “elementos da ordem jurídica objetiva, integrando um sistema axiológico que atua como fundamento material de todo o ordenamento jurídico”. Compete ao Poder Executivo, fundado no poder discricionário e na reserva do possível, escolher as políticas públicas que devem ser implantadas prioritariamente, observando os recursos, as necessidades e as disponibilidades de aplicação destas políticas, sendo ele o legítimo Poder do Estado a fazer isto. No entanto, no intuito de proteger estes direitos, há um verdadeiro movimento dos órgãos do Poder Judiciário desde o fim da Segunda Guerra nos países do ocidente (BARROSO, 2009, p. 1), o que gera discussões sobre a judicialização da Administração pública, vez que esta é a responsável por elaborar e fazer valer as políticas públicas. Além disso, há de se levar em consideração a função discricionária e o princípio da reserva do possível antes citadas. Neste sentido, a atuação do Judiciário fere a tripartição dos Poderes? A judicialização da Administração Pública é negativa? Existem limites para a defesa dos direitos fundamentais?

Palavras-chave: JUDICIALIZAÇÃO; ATIVISMO JUDICIAL; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

A VIABILIDADE DAS PRÁTICAS DO COMPLIANCE NAS ATIVIDADES EMPRESÁRIAS

Jeferson Matheus Azevedo - Libertas - Faculdades Integradas; Jessé Elias Silva Cunha - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: jefmathaze@gmail.com; jesesinho526@gmail.com

RESUMO

O Compliance é um tema de extrema relevância para o Direito Empresarial. Porém, as práticas do Compliance não são necessariamente imposições de cunho jurídico, pois elas buscam criar uma composição empresarial ÉTICA. O CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) determina que o “Compliance é um conjunto de medidas internas que permite prevenir ou minimizar os riscos de violação às leis decorrentes de atividade praticada por um agente econômico e de qualquer um de seus sócios ou colaboradores”. Organizações e empresas de todos os portes podem se beneficiar com a instauração do Compliance em suas atividades empresárias, o que faz com que o Compliance não tenha um modelo único de programa, pois cada um desses programas irá respeitar as condições onde está instalado. Ao adotar as práticas do Compliance, haverá o fortalecimento da empresa, pois o Compliance visa impedir condutas lesivas às atividades da empresa, impedindo que seja manchada a reputação da empresa e impedindo prejuízos. Uma das principais atribuições ou benefícios do Compliance é o combate à corrupção e à lavagem de capitais, fiscalizando as condutas dos gestores da empresa e avaliando as atividades em que a empresa atua. No entanto, o CADE lista outros benefícios importantes, quais sejam: prevenção de riscos, identificação antecipada de problemas, reconhecimento de ilicitude em outras organizações, benefício reputacional, conscientização dos funcionários e redução de custos e contingência. Destarte, conclui-se que as práticas do Compliance buscam tornar a atividade empresária uma atividade ética, cumprindo todas as normas estabelecidas, tornando a empresa um órgão social respeitado onde atua, fazendo se cumprir o disposto no art. 170 da Constituição Federal.

Palavras-chave: COMPLIANCE; DIREITO CONCORRENCIAL; CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE

A INCONSTITUCIONALIDADE DO FIM DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Daniel SOUZA - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: danielsouza.souza@outlook.com

RESUMO

Com a finalidade de estabilizar as relações trabalhistas, bem como modernizá-las, adequando-as ao contexto peculiar que dispõe nosso sistema, jurídico, social e político. Assim foi promulgada a lei 13.467/2017 (reforma trabalhista), e dentre algumas das mudanças trazidas pela novel legislação, pode-se perceber que “[...] reformou mais de 100 artigos da CLT, e o desconto de um dia de trabalho para financiar os sindicatos passou a ser opcional, mediante autorização prévia do trabalhador” (COELHO, 2018, ON LINE). Dispondo de metodologia de pesquisa bibliográfica e qualitativa, analisar-se-á estas reformas, suscitando as seguintes indagações: o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical é constitucional? Quais as consequências materiais desta alteração? Concluir-se-á pela inconstitucionalidade do referido dispositivo. Segundo Coelho (2018, on line): “[...] o modelo de sindicalismo criado pela Constituição sustenta-se em um tripé formado por unicidade sindical, representatividade obrigatória e custeio das entidades sindicais por meio de um tributo. Este último é a contribuição sindical, expressamente autorizada pelo artigo 149, e imposta pela parte final do inciso IV, do artigo 8º, da Constituição da República”. Com o fim da obrigatoriedade da contribuição, e com o trabalhador podendo optar por não pagar, houve uma significativa queda na capitação de recurso por parte dos sindicatos, pois esta fonte de renda chegava a representar em alguns sindicatos cerca de 90% da receita bruta. (COELHO, 2018, ON LINE) A inconstitucionalidade se faz por ter sido alterado por lei ordinária e não complementar como deveria (vício formal) e por suprimir um direito basilar, indissociável e estruturante dos sindicatos (vício material). Neste sentido, discorre Moraes apud Coelho (2018, on line): “[...] assim sendo, na exata dicção do texto constitucional, é preciso reconhecer que a mudança de um desses pilares pode ser desestabilizadora de todo o regime sindical [...] que a lei ordinária não poderia ter isentado arrecadação que, além de custear as atividades sindicais essenciais à representação da categoria, afeta ainda repasses ao Fundo de Amparo ao Trabalhador e a outros benefícios da União”. Destarte, conclui-se pela inconstitucionalidade da referida reforma no que tange ao dispositivo que retira a obrigatoriedade da contribuição sindical por absorvermos que, além de não ter sido proposto em vias formais corretas, a materialidade constitucional também foi violada.

Palavras-chave: DIREITO TRABALHO; DIREITO CONSTITUCIONAL; REFORMA TRABALHISTA

CRIMES HEDIONDOS

Leticia Bueno Riva de Lima - Libertas - Faculdades Integradas; Andrea Miranda Santos - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: leticiabuenolima@outlook.com; andreamirandasantoss@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho é mostrar de uma forma clara e didática os crimes hediondos, onde o mesmo está disposto na Lei nº 8.072/1.990 e foi regulamentado pelo inciso XLIII, artigo 5º da Constituição Federal, que além de trazer um rol taxativo dos crimes considerados de natureza hedionda pelo legislador, trouxe também aqueles que seriam considerados assemelhados àqueles. São os crimes entendidos pelo poder legislativo como os que merecem maior reprovação por parte do Estado. Os crimes hediondos são os crimes cometidos contra os bens que são protegidos pela Constituição Federal. Um dos bens que a CF deve proteger, guardar, é a vida. Os crimes hediondos podem ser baseados em sistemas não podendo ser alterados, sendo eles, sistema legal, sistema judicial, sistema mais justo e sistema misto (como assim). Crimes equiparados aos crimes hediondos são os tipos penais de tráfico ilícito de entorpecentes, tortura, terrorismo. A progressão de regime em crimes hediondos se dá com 2/5 (dois quintos), se primário o condenado, ou 3/5 (três quintos), se reincidente. É importante que o leitor memorize as frações, pois são cobradas em provas. Inicialmente a pena será cumprida em regime fechado. Todos estes crimes são considerados hediondos se forem consumados ou tentados, ou seja, mesmo que o crime não tenha o resultado final previsto na lei ele será julgado como um crime hediondo. Houve alterações no rol dos crimes assemelhados aos hediondos (tráfico de drogas, tortura e terrorismo) por estar previsto no XLIII, art. 5º da CF/88, é considerado cláusula pétrea, não podendo ser alterado nem por Emenda Constitucional; já o rol dos crimes hediondos pode ser alterado por Lei Ordinária, a exemplo da Lei 8.072/90 que já teve diversas alterações desde seu advento. Com relação a liberdade provisória o §3º, artigo 2º disciplina que em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade. Logo, extraem-se do texto legal a possibilidade e cabimento de liberdade provisória às práticas de crime hediondo. Os crimes considerados hediondos no Brasil são homicídio praticado por grupo de extermínio, homicídio qualificado, lesão corporal dolosa, lesão corporal seguida de morte, latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante seqüestro na forma qualificada, estupro, estupro de vulnerável, epidemia com resultado morte, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos, medicinais, favorecimento

Palavras-chave: PENAL-HEDIONDOS-CRIMES

EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO

Leticia Bueno Riva de Lima - Libertas - Faculdades Integradas; Maryvânia Aparecida Silva Dias - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: leticiabuenolima@outlook.com; maryvania.dias@hotmail.com

RESUMO

O nosso Código Civil apresenta duas formas de exclusão dos herdeiros da sucessão, a indignidade e a deserdação. Essas duas formas de exclusão possuem a mesma finalidade, qual seja punir civilmente os herdeiros, privando-os do benefício da sucessão. A diferença básica que analisaremos melhor adiante é que enquanto a pena de indignidade é cominada pela própria lei, nos casos taxativos, a deserdação depende da vontade exclusiva do autor da herança, que deve ser imposta ao culpado no ato de última vontade, desde que fundada em motivo legal. Deste modo ambas as formas têm a mesma finalidade, pois essas privam esse direito, aos herdeiros que virem a cometer alguma infração. Os excluídos da sucessão estão dispostos nos artigos 1.814 a 1.818 do Código Civil. A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer desses casos de indignidade, será declarada por sentença. O direito de exclusão de herdeiro termina no prazo de quatro anos, após a abertura da sucessão. Os efeitos da exclusão são pessoais. Dessa forma, os herdeiros do excluído não serão prejudicados pela sentença de indignidade. Os herdeiros sucedem por representação atos anteriores a exclusão são válidas as vendas de bens hereditários a terceiros de boa-fé e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da sentença de exclusão. Aos herdeiros, caso tenham sido prejudicados, cabe o direito de pedir perdas e danos. O excluído da sucessão é obrigado a restituir os rendimentos que dos bens da herança houver percebido, mas tem direito a ser indenizado das despesas com a conservação deles. A reabilitação do indigno é o perdão concebido por meio do testamento pelo ofendido, fazendo com que este retorne a herança. Esta deve ocorrer de forma expressa, por meio de testamento ou em outro ato autêntico, como escritura pública, instrumento particular ou qualquer outro documento oficial. A Deserdação é forma de exclusão da herança que, ao contrário da indignidade que decorre de lei, é proveniente unicamente da vontade do testador e recai sobre a sucessão legítima. Temos como finalidade de conceituar e diferenciar dois grandes institutos do direito sucessório brasileiro. A exclusão por deserdação também não é automática, devendo os interessados, dentro do prazo decadencial de 4 (quatro) anos contados da abertura do testamento, ingressar com a ação de exclusão da herança por deserdação, conforme parágrafo único do artigo 1.965 do Código Civil.

Palavras-chave: CIVIL – SUCESSÃO – DESERDAÇÃO

AS FORMAS DE OBTER O REGISTRO DE IMÓVEL ATRAVÉS DAS AÇÕES DE SUSCITAÇÃO DE DÚVIDAS, MANDADO DE SEGURANÇA E A AÇÃO DECLARATÓRIA

Heitor Aparecido ALVES - Libertas - Faculdades Integradas; Ingrid Naves Teixeira MORAES - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: heitorapalves@hotmail.com; ingridmoraes1996@hotmail.com

RESUMO

O tema abordado é de extrema importância por possibilitar ao cidadão acesso aos dados do imóvel e sua regularidade. Seu uso é muito comum no meio jurídico e seu conteúdo já foi pacificado e regulamentado em lei no ano de 1973, que estabelece regras aos órgãos notariais, buscando com esta regulamentação trazer uma segurança jurídica. O que se deu devido ao grande crescimento populacional e conseqüentemente aumento no volume de transações de imóveis a serem registrados. Estas ações existem para garantir que, no caso de um não contentamento ou concordância com uma negativa de registro, por parte do cartório, ou que este exija documentos além do necessário para proceder o mesmo. Estes instrumentos jurídicos permitem que haja a apreciação pelo Juiz da Vara de Registros Públicos, cabendo ao cartório expor todas as justificativas que levaram à recusa do mesmo, dando ao Juiz meios para sanar a questão levantada, evitando assim que a parte permaneça com a dúvida quanto à legitimidade da recusa. Todas estas garantias e regras estabelecidas são condutas específicas para os órgãos notariais e das partes interessadas e estão previstas na Lei 6015/1973, que trata de registros públicos e no art 198 da LRP (Lei de registros públicos) determina como se deve proceder o oficial diante do pedido de suscitação de dúvidas. A suscitação de dúvidas é uma ação própria da parte que busca o registro cabendo somente a ela argui-la, não podendo ser suscitada de ofício pelo cartorário. O mesmo não terá custos processuais se houver o deferimento por parte do Juiz, caso contrário se houver o indeferimento a parte deverá arcar com todos os custos processuais Referências: BALBINO FILHO, Nicolau Registro de imóveis. São Paulo: Saraiva, volume 10º edição, 2004 CENEVIVA, Walter. Lei dos notários e dos registradores comentada. São Paulo: Saraiva, 4º edição., 2002 CENEVIVA, Walter. Lei dos registros públicos comentado. São Paulo: Saraiva 13º edi, 1999

Palavras-chave: REGISTRO , IMÓVEIS , REGULAMENTAÇÃO

NULIDADES NO PROCESSO PENAL

Leticia Bueno Riva de Lima - Libertas - Faculdades Integradas; Andrea Miranda Santos - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: leticiabuenolima@outlook.com; andreamirandasantoss@gmail.com

RESUMO

A nulidade é um vício processual decorrente da inobservância da forma prevista em lei, capaz de invalidar o processo no todo ou em parte. Temos dois tipos de nulidade, a saber, a nulidade relativa e absoluta. O Código de Processo Penal regula as nulidades nos artigos 563 a 573. As espécies de nulidades estão dispostas nos artigos 564 e 566 CPP. A nulidade relativa é aquela na qual o ato viola formalidade exigida por norma infraconstitucional. Neste caso, a formalidade é essencial ao ato, pois visa resguardar o interesse de uma das partes. Seu desatendimento, então, é capaz de gerar prejuízo, porém, de gravidade menor. A invalidação depende do caso concreto, fica condicionada à demonstração do efetivo prejuízo e a arguição do vício em momento oportuno (sob pena de preclusão e convalidação do ato). Ao passo que na nulidade absoluta o ato viola formalidade exigida pelo texto constitucional, mais precisamente aos princípios constitucionais do devido processo legal (contraditório e ampla defesa, publicidade, juiz natural, etc.). A formalidade visa resguardar o interesse da ordem pública. Por isso, o prejuízo é presumido e sempre ocorre. Neste caso não há preclusão, e pode ser reconhecida de ofício, em qualquer fase do processo. São nulidades insanáveis e o ato então não poderá ser convalidado. Para ser reconhecida, precisa de um pronunciamento judicial. A Súmula 160 do STF proíbe o juiz de reconhecer nulidade em prejuízo do réu de ofício. A nulidade no processo penal pode ser conceituada como um defeito jurídico que torna inválido ou destituído de valor de um ato ou o processo, total ou parcialmente. São, portanto, defeitos ou vícios no decorrer do processo penal, podendo, também, aparecer no inquérito policial (explicar melhor essa parte final). No princípio do prejuízo, não há nulidade se não houver prejuízo a parte (art 563 CPP). Tal princípio vale apenas para nulidade relativa, em que a parte suscitante necessita demonstrar o prejuízo para si. Assim, aproveitando-se a questão do defeito prejudicial, a eventual defesa insuficiente ou deficiente do réu gera nulidade relativa, devendo-se comprovar o efetivo dano processual, o que não se compara a falta de defesa, causadora de nulidade absoluta. Já no princípio da instrumentalidade das formas ou sistema teológico, não se declarará a nulidade de ato que não influenciou na apuração da verdade e na decisão da causa (artigo 566 CPP) e também de ato que, mesmo praticado de forma diversa da qual prevista, atingiu sua finalidade

Palavras-chave: PENAL - NULIDADE - FINALIDADE

ORÇAMENTO PÚBLICO

Leticia Bueno Riva de Lima - Libertas - Faculdades Integradas; Andrea Miranda Santos - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: leticiabuenolima@outlook.com; andreamirandasantoss@gmail.com

RESUMO

É um instrumento de planejamento e execução das finanças públicas. O orçamento contém estimativa das receitas e autorização para realização de despesas da administração pública direta e indireta em um determinado exercício que, no Brasil, coincide com o ano civil. Além da clássica função de controle político, o orçamento apresenta outras funções mais contemporâneas, do ponto de vista administrativo, gerencial, contábil e financeiro. No Brasil, a função incorporada mais recentemente foi a função de planejamento, que está ligada à Módulo 1 Introdução 6 técnica de orçamento por programas. De acordo com essa ideia, o orçamento deve espelhar as políticas públicas, propiciando sua análise pela finalidade dos gastos. A iniciativa das leis orçamentárias pertence à chefia do Poder Executivo e, portanto é apresentado pela Presidência da República em âmbito federal, pelos Governadores em âmbito estadual e distrital e pelos Prefeitos em âmbito municipal. Em tese, as leis orçamentárias devem ser propostas e debatidas antes do próximo exercício financeiro, quando iniciarão a sua vigência. Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). O processo de elaboração do orçamento é complexo, pois envolvem as prioridades do Brasil, um país com mais de 200 milhões de habitantes. Se já é difícil planejar e controlar os gastos em nossa casa, imagine a complexidade de planejar as prioridades de um país do tamanho do Brasil. No entanto, o planejamento é essencial para a melhor aplicação dos recursos públicos. No Portal da Transparência do Governo Federal, você consegue consultar dados sobre a execução do orçamento fiscal e da seguridade social.

Palavras-chave: ORÇAMENTO – PLANEJAMENTO – FINANCEIRO

ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: O APROFUNDAMENTO DA CRISE PENITENCIÁRIA NO BRASIL

Michelle Santos Duarte - Libertas - Faculdades Integradas; Thaynara Cristiane Miguel - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: misand@hotmail.com; cristiane-nara230499@hotmail.com

RESUMO

Objetivamos com este trabalho discorrer acerca da população carcerária brasileira em torno de informações que revelam a crise em que se encontra o sistema penitenciário no nosso país. Na Lei de Execução Penal está previsto que a Penitenciária é destinada ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado, devendo o mesmo ser alojado em cela individual que contenha dormitório, aparelho sanitário e lavatório, entretanto a realidade é outra. Como consequência nota-se o superlotação das celas, prejudicando até mesmo o processo de ressocialização do condenado posteriormente. Todavia não tão somente está previsto legalmente as penitenciárias, mas também outros estabelecimentos, como as colônias agrícolas, centros de observação, casas de albergado, hospital de custódia e tratamento psiquiátrico e as cadeias públicas, cada qual destinada a determinados tipos de presos ou internos. Contudo, é importante ressaltar que estes são presentes em pequena porção, apresentando certa escassez em se tratando de um dos países com maior número de população carcerária, não podendo o condenado responder pela ineficiência do Poder Público. Como forte exemplo dada escassez, temos relatos de várias cidades brasileiras que ainda não possuem a sua Cadeia Pública, sendo necessária a migração de seus presos para os grandes centros urbanos, dificultando o julgamento. O colapso dessa desorganização prisional tem acarretado o aumento de violência e precariedade das prisões brasileiras. Repentinamente anuncia-se na mídia rebeliões entre presos, corrupção por parte de servidores do sistema, presos sendo mortos uns pelos outros, facções criminosas comandando crimes de dentro das cadeias. Até mesmo o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 347 MC/DF, em 2015, reconheceu que o sistema penitenciário nacional vive um Estado de Coisas Inconstitucional, isto é, uma violação massiva e persistente de direitos fundamentais como decorrência de falhas estruturais e da falência de políticas públicas. Contudo, é iminente a afirmação acerca da falibilidade do sistema carcerário brasileiro, devendo-se questionar o que foi feito e ainda está sendo no âmbito de execução penal. Necessitando de uma análise legislativa, interdisciplinar e gerencial, todavia, agregando a adoção de medidas estruturais voltadas à formulação e execução de políticas públicas específicas para o setor em crise, capazes de impedir seu agravamento.

Palavras-chave: EXECUÇÃO, PENAL, CRISE, PENITENCIÁRIA, INCONSTITUCIONAL

A RESPONSABILIDADE CIVIL NO ABANDONO AFETIVO

Letícia Márcia de Melo Alvarenga - Libertas - Faculdades Integradas; Andréa Miranda Santos - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: leticiaalvarenga_melo@hotmail.com; andreamirandasantos@hotmail.com

RESUMO

No direito de família podemos notar que houveram muitas mudanças significativas em seu conteúdo, diante da nova perspectiva do Direito de Família surgiu uma nova modalidade de indenização por dano moral, porém a mesma ainda não é aceita pela maioria dos tribunais, tratando a Responsabilidade Civil por abandono afetivo parental como um direito subjetivo. Em Direito de Família a responsabilidade civil projeta-se para além das relações de casamento ou de união estável, sendo assim é possível a sua incidência na parentalidade ou filiação, assim nas relações entre pais e filhos. Uma situação em que isso ocorre diz respeito à responsabilidade civil por abandono afetivo, também denominado abandono paterno-filial. É necessário em primeiro lugar observar qual o tipo de responsabilidade, descobrindo se surge à indenização, que será de acordo com o dano causado. A responsabilidade civil é a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar o dano moral ou patrimonial causado a terceiro em razão dos atos praticados, ou por simples imposição legal. Poderão reclamar a reparação do dano moral, além do ofendido, seus herdeiros, cônjuge e os membros da mesma família que são ligados ao ofendido afetivamente. Sendo assim, “serão legitimadas aquelas pessoas que mantêm vínculos firmes de amor, de amizade ou de afeição” A responsabilidade civil saiu da esfera contratual para entrar no direito de família brasileiro buscando na indenização pecuniária uma forma de suprir um espaço vazio deixado em razão do sofrimento causado pelo abandono afetivo parental. O tema em questão deste trabalho ainda não foi positivado em lei ou sequer mencionado na CF (artigo 227, caput). Por mais que tenha havido esforços por parte do legislador, ele não estipulou penas de caráter punitivo pela inobservância do elemento “dever de afeto”. Assegurou somente o dever da família, do estado e da sociedade. O abandono afetivo é tão prejudicial quanto o abandono material. A carência material pode ser superada com a dedicação de um dos genitores, já de afeto não, porquanto corrói princípios morais e éticos, se estes não estão consolidados na personalidade da criança ou adolescente. O tema tornou-se de suma importância com a modernização do direito de família, tendo em vista o aumento das demandas de indenização por dano moral, tal avanço fez com que filhos abandonados afetivamente pelos seus genitores começassem a utilizar a via judicial para sanar ou tentar diminuir este sentimento de vazio.

Palavras-chave: FAMÍLIA-AFETO-RESPONSABILIDADE CIVIL.

ACORDO DE LENIÊNCIA COMO FERRAMENTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Edna Alves Pinheiro - Libertas - Faculdades Integradas; Zeziane Cristina do Nascimento - Libertas - Faculdades Integradas

E-MAIL: ednapinheiro_ssp@hotmail.com; zezianecristina@hotmail.com

RESUMO

A Lei Anticorrupção (Lei N° 12.846/13) inova o ordenamento jurídico, trazendo a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas venham cometer quaisquer tipos de atos que atentem contra a Administração Pública (art. 2º). Acerca estas responsabilidades/sanções, há a possibilidade de sanções administrativas, civis e o acordo de leniência. As sanções administrativas consistem em multa com um valor que pode variar de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último faturamento antes da instauração do processo administrativo (art. 6º, I) ou publicação extraordinária de decisão condenatória (art. 6º, II). Já as sanções civis têm 4 possibilidades, quais sejam: o perdimento de bens, direitos ou valores (art. 19, I); suspensão u interdição parcial da atividade empresária (art. 19, II); dissolução compulsória da pessoa jurídica (art. 19, III); e proibição de receber subsídios, incentivos, e outras formas de recebimento de receita extra pelo prazo de 1 a 5 anos (art. 19, IV). Por constatar que nem mesmo os processos investigativos mais intensos não seriam capazes de levar aos entes públicos todas as provas necessárias a um processo condenatório bem-sucedido, o legislador brasileiro incluiu o acordo de leniência (art. 18) em seu ordenamento (MARRARA, 2013). Com este dispositivo, a Administração Pública pode firmar com as pessoas jurídicas que atentaram contra a Administração Pública o acordo de leniência, sendo este um acordo em que a pessoa jurídica colabora com as investigações e com o processo administrativo em que é investigada, se comprometendo a não mais se envolver nestas práticas e a delatar os esquemas ilícitos em que esteja envolvida. Em virtude deste acordo, a Administração Pública pode diminuir ou até mesmo deixar de aplicar algumas das penalidades à pessoa jurídica que fez o acordo. Ante o exposto, conclui-se que a Lei Anticorrupção é um importante diploma na luta contra a corrupção praticada por pessoas jurídicas, pois prevê a possibilidade de responsabilidade objetiva, dispensando dolo e culpa, e admite sanções civis e administrativas, podendo ser feito um acordo entre as partes. O acordo de leniência se torna vantajoso para a pessoa jurídica que pode manter a atividade empresária, sendo uma inovadora ferramenta de combate à corrupção, atrativa tanto para a Administração Pública quanto para as pessoas jurídicas.

Palavras-chave: ACORDO DE LENIÊNCIA; LEI ANTICORRUPÇÃO; PROCESSO PENAL.